

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BEATRIZ DA SILVA FERREIRA**

**RELATO INTEGRADO E A SUSTENTABILIDADE DE  
COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS: Uma análise das  
empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2023**

**BEATRIZ DA SILVA FERREIRA**

**RELATO INTEGRADO E A SUSTENTABILIDADE DE  
COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS: Uma análise das  
empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (PPGCC/UFPB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

**Linha de Pesquisa:** Informação Contábil para Usuários Internos.

**Orientador:** Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena.

**JOÃO PESSOA – PB  
2023**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F383r Ferreira, Beatriz da Silva.

Relato integrado e a sustentabilidade de companhias abertas brasileiras: uma análise das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial da B3 / Beatriz da Silva Ferreira. - João Pessoa, 2023.  
92 f. : il.

Orientação: Wenner Glaucio Lopes Lucena.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Ciências contábeis. 2. Relato integrado. 3. Capitais não financeiros. 4. Teoria da legitimidade. I. Lucena, Wenner Glaucio Lopes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 657(043)

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

### DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 82

Ata de Sessão Pública da Defesa de Dissertação da aluna Beatriz da Silva Ferreira, do Curso de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Informação Contábil para Usuários Internos

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, reuniu-se na Sala Virtual Google Meet, por meio do link:<https://meet.google.com/ivn-crdc-gro>, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores: **Wenner Glaucio Lopes Lucena (Presidente da Banca Examinadora – PPGCC/UFPB)**, **Viviane da Costa Freitag - (Membro Interno– PPGCC/UFPB)** e **Ernani Ott (Membro Externo – UNISINOS)**, para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“RELATO INTEGRADO E A SUSTENTABILIDADE DE COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS: Uma análise das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3”**, de autoria da aluna Beatriz da Silva Ferreira, orientada pelo Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão pública, e passou a palavra à mestranda para que fizesse a apresentação de seu trabalho de dissertação. Após a apresentação do trabalho, a banca examinadora fez arguições à candidata, que as respondeu. Em seguida, o presidente da banca examinadora, convidou os demais membros da banca para se reunirem reservadamente, para que fosse feito o julgamento do trabalho. A Banca Examinadora então atribuiu à aluna o conceito:

- Aprovado(a) ( )  
) Insuficiente  
( ) Reprovado(a)

**Comentários da Banca Examinadora**

Realizar as alterações sugeridas pelos membros da banca

Proclamados os resultados, o Presidente da Banca Examinadora, encerrou os trabalhos referentes à defesa de dissertação da discente. João Pessoa, 16 de fevereiro de 2023.

---

**Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena**

**Presidente da Banca Examinadora – PPGCC/UFPB**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane da Costa Freitag**

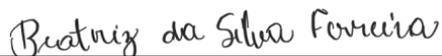
**Membro Interno - PPGCC/UFPB**



---

**Prof. Dr. Ernani Ott -**

**Membro Externo – UNISINOS**



---

**Beatriz da Silva Ferreira**

**Discente**

*Emitido em 16/02/2023*

**ATA Nº 82/2023 - PPGCC (11.00.52.03)**  
**(Nº do Documento: 82)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 23/02/2023 10:55 )*  
WENNER GLAUCIO LOPES LUCENA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
1526402

*(Assinado digitalmente em 23/02/2023 16:22 )*  
VIVIANE DA COSTA FREITAG  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
3155358

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:  
**82**, ano: **2023**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **23/02/2023** e o código de verificação: **a1f76bc612**

Dedico este trabalho a minha mãe, Dalva. Ela sempre esteve ao meu lado em todas as etapas. Obrigada por tudo, mãe.

## AGRADECIMENTOS

Lembro que ao concluir a graduação, no último slide da minha apresentação do TCC coloquei um versículo que faz todo sentido para mim ao longo da minha trajetória acadêmica: “Não a nós, SENHOR, não a nós, mas ao teu nome dá glória, por amor da tua benignidade e da tua verdade (Salmos 115:1)”. É com esse texto que faço meu primeiro agradecimento ao Deus que me deu forças para perseverar e concluir esse trabalho. Toda honra e glória sejam dadas ao Senhor.

Agradeço aos meus pais, foram fundamentais nesse processo. Minha mãe, em especial, acompanhou cada momento de perto e esteve ao meu lado em cada etapa, desde os momentos mais desesperados com prazos apertados e uma correria intensa até as conquistas da publicação do primeiro artigo, aprovação na proficiência e tantas outras que tive ao longo desses dois anos de curso. Agradeço também as demais pessoas da minha família que sempre acreditaram e torceram por mim.

Agradeço a Thales, meu amigo da graduação. Não estava nos planos ingressar no mestrado, mas graças ao conselho e apoio desse amigo consegui ir em frente, desenvolver um bom projeto e, conseqüentemente, ser aprovada na seleção. E, mesmo não estando nos planos fazer o mestrado, posso dizer que foi uma experiência incrível e desafiadora. Minha verdadeira gratidão por acreditar em mim e me incentivar tanto naquela época. Valeu, Thales.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, foram importantes demais nesse processo. Começamos o curso no meio de uma pandemia de Covid-19 e as nossas aulas foram todas remotas, seria um desafio imenso para todos nós, nos conhecemos a princípio apenas pelas câmeras, para só depois de um semestre inteiro finalmente ter a oportunidade de nos conhecermos pessoalmente. Sou grata por ter estudado com cada um de vocês, com certeza tornaram a caminhada mais leve.

Agradeço aos professores da banca, primeiramente a professora Viviane Freitag pela sua disposição em me ajudar nas últimas fases da dissertação, seu apoio foi essencial para a finalização do trabalho. Também agradeço ao professor Ernani Ott pelas suas contribuições. Por fim, agradeço ao meu orientador, prof. Wenner Lucena, desde a graduação admirava o seu trabalho, sempre o vi como um excelente professor. Sinceramente, jamais passava na minha mente que seria sua orientanda no mestrado, foi uma boa surpresa. Agradeço por seus ensinamentos e por seu incentivo. Obrigada por todo o seu apoio ao longo do curso.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade (ISE) da B3. Para atingir o objetivo geral do estudo, foi utilizado um instrumento prévio desenvolvido por Santos e Miranda (2021) no qual foi definido, para cada um dos tipos de capitais, elementos teóricos-chave que representam o tipo de informação associada aos capitais não financeiros do RI. A pesquisa segue uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, tendo a pesquisa documental como procedimento técnico. Buscou-se com as informações obtidas realizar uma descrição do conteúdo dos Relatos Integrados, tendo sido analisadas 24 (vinte e quatro) empresas no período de 2016 a 2021, com a análise dos itens relacionados às informações não financeiras e de sustentabilidades que constam nos RI. Na primeira fase de coleta de dados foi feito o mapeamento da estrutura, frequência e dos termos utilizados nos Relatos Integrados, a segunda etapa compreendeu a análise documental, com o apoio do *software Atlas.ti*, na terceira fase foi calculado o índice de divulgação com base nos elementos teóricos dos capitais não financeiros do Relato Integrado. Os termos-chave/elementos teóricos dos capitais não financeiros do Relato Integrado foram identificados em cada um dos 143 (cento e quarenta e três) relatórios na etapa de codificação feita no *software Atlas.ti*. Os resultados do estudo mostraram que as empresas que se destacaram na divulgação voluntária dos elementos dos 4 (quatro) capitais não financeiros do RI foram: Banco do Brasil, Cemig, Petrobras, Engie e Energias do Brasil (EDP). Dentre os capitais não financeiros analisados, chama a atenção no Capital Social e de Relacionamento o elemento “Licença Social”, onde se identificou um índice de divulgação de ID=7,69%, um número relativamente baixo em relação aos demais itens divulgados. Apesar da Licença Social ser um elemento importante para legitimação social das empresas, apenas onze organizações entre 2016 e 2021 mencionaram a Licença Social em seus relatórios anuais e de sustentabilidade, tal resultado apontou uma carência nos relatórios quanto a abordagem desse tema. Os achados do estudo também mostraram uma evolução do *disclosure* dos demais elementos teóricos ao longo dos anos, houve uma variação entre 15,2% e 82,6% dos elementos divulgados. O relatório anual do banco Santander em 2021 teve a menor divulgação, enquanto que o relatório anual de sustentabilidade de 2020 da Energias do Brasil (EDP) apresentou maior divulgação no período analisado.

**Palavras-Chave:** Relato Integrado; Capitais não Financeiros; Teoria da Legitimidade; Teoria da Divulgação; ISE

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the non-financial and sustainability information of the Integrated Report that are being disclosed by the companies listed in the Sustainability Index (ISE) of B3. In order to achieve the general objective of the study, a previous instrument developed by Santos and Miranda (2021) was used, in which key theoretical elements were defined for each of the types of capitals that represent the type of information associated with the non-financial capital of the RI. The research follows a mixed, qualitative and quantitative approach, with documentary research as a technical procedure. With the information obtained, an attempt was made to describe the content of the Integrated Reports, having analyzed 24 (twenty-four) companies in the period from 2016 to 2021, with the analysis of items related to non-financial information and sustainability contained in the IR. In the first phase of data collection, the structure, frequency and terms used in the Integrated Reports were mapped, the second stage comprised the document analysis, with the support of the Atlas.ti software, in the third phase the disclosure index was calculated with based on the theoretical elements of the non-financial capital of the Integrated Report. The key terms/theoretical elements of the non-financial capitals of the Integrated Report were identified in each of the 143 (one hundred and forty-three) reports in the coding stage carried out in the Atlas.ti software. The results of the study showed that the companies that stood out in the voluntary disclosure of the elements of the 4 (four) non-financial capitals of the IR were: Banco do Brasil, Cemig, Petrobras, Engie and Energias do Brasil (EDP). Among the non-financial capitals analyzed, the element “Social License” stands out in Social and Relationship Capital, where a disclosure index of ID=7.69% was identified, a relatively low number in relation to the other disclosed items. Despite the Social License being an important element for the social legitimacy of companies, only eleven organizations between 2016 and 2021 mentioned the Social License in their annual and sustainability reports, this result pointed to a lack in the reports regarding the approach to this topic. The study's findings also showed an evolution in the disclosure of the other theoretical elements over the years, there was a variation between 15.2% and 82.6% of the disclosed elements. Santander bank's annual report in 2021 had the lowest disclosure, while the 2020 annual sustainability report by Energias do Brasil (EDP) had the most disclosure in the analyzed period.

**Key words:** Integrated Reporting; Non-Financial Capital; Legitimacy Theory; Disclosure Theory; ISE

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A4S - *Accounting for Sustainability Project*  
B3 – Brasil, Bolsa, Balcão  
CDP - *Carbon Disclosure Project*  
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis  
CVM – Comissão de Valores Mobiliários  
ESG - *Environmental, Social and Governance*  
FR - Formulários de Referência  
GRI - *Global Reporting Initiative*  
IC - Capital Intelectual  
ID – Índice de Divulgação  
IFAC - *International Federation of Accountants*  
IIRC - *International Integrated Reporting Council*  
IN - Instrução Normativa  
IR – *Integrated Reporting*  
ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial  
RI - Relato Integrado  
RRI - *Reputational Risk Index*  
RSC - Responsabilidade Social Corporativa

## **LISTA DE EQUAÇÕES**

Equação 1 - Índice de Divulgação .....	40
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de criação de valor de acordo com o IIRC .....	24
Figura 2 - Capitais do Relato Integrado segundo o framework.....	26
Figura 3 - Trecho referente ao código “Liderança” .....	48
Figura 4 - Trecho sobre liderança feminina .....	48
Figura 5 - Liderança feminina .....	49
Figura 6 - Rede do Capital Humano .....	50
Figura 7 - Trecho do relatório integrado sobre “Marca”.....	52
Figura 8 - Trecho do relatório anual sobre “Marca”.....	52
Figura 9 - Trecho modernização da “Marca” .....	53
Figura 10 - Rede do Capital Intelectual .....	53
Figura 11 - Código “Licença Social” .....	55
Figura 12 - Código “Licença Social” .....	55
Figura 13 - Código “Licença Social” .....	56
Figura 14 - Rede do Capital Social e de Relacionamento.....	57
Figura 15 - Rede do Capital Natural .....	58
Figura 16 - Nuvem de palavras com os códigos dos Capitais do Relato Integrado .....	59
Figura 17 - Relatórios com destaque na divulgação .....	71

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Passos para o gerenciamento da legitimidade organizacional .....	18
Quadro 2 - Categorias de Estratégias de Legitimidade.....	18
Quadro 3 - Classificação da Teoria do <i>Disclosure</i> elaborado por Verrecchia (2001).....	21
Quadro 4 - Estudos sobre Divulgação Voluntária em Contabilidade .....	22
Quadro 5 - Princípios Básicos do RI.....	25
Quadro 6 - Descrição dos capitais do Relato Integrado.....	26
Quadro 7 - Elementos de Conteúdo do RI .....	27
Quadro 8 - Pesquisas internacionais sobre o Relato Integrado .....	29
Quadro 9 - Pesquisas nacionais sobre o Relato Integrado .....	30
Quadro 10 - Etapas do processo seletivo para composição da carteira ISE B3 .....	33
Quadro 11 - Instrumento de coleta de informações sobre o Relato Integrado .....	38
Quadro 12 - Empresas participantes da carteira ISE B3 entre 2016 e 2021 .....	41
Quadro 13 - Empresas alcançadas pelo estudo.....	42
Quadro 14 - Relação das empresas por setor e tipo de relatório divulgado .....	42
Quadro 15 - Matriz de amarração metodológica .....	44

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Divulgação Capital Humano.....	46
Tabela 2 - Índice de Divulgação Capital Intelectual.....	51
Tabela 3 - Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento .....	54
Tabela 4 - Índice de Divulgação Capital Natural .....	57
Tabela 5 - Índice de Divulgação Voluntária - AES TIETÊ.....	60
Tabela 6 - Índice de Divulgação Voluntária - BANCO DO BRASIL.....	60
Tabela 7 - Índice de Divulgação Voluntária - BRADESCO.....	61
Tabela 8 - Índice de Divulgação Voluntária - CCR SA.....	61
Tabela 9 - Índice de Divulgação Voluntária - CEMIG .....	61
Tabela 10 - Índice de Divulgação Voluntária - CIELO .....	62
Tabela 11 - Índice de Divulgação Voluntária - COPEL .....	62
Tabela 12 - Índice de Divulgação Voluntária - CPFL ENERGIA .....	63
Tabela 13 - Índice de Divulgação Voluntária - ECORODOVIAS.....	63
Tabela 14 - Índice de Divulgação Voluntária - ENERGIAS BR (EDP) .....	63
Tabela 15 - Índice de Divulgação Voluntária - ENGIE.....	64
Tabela 16 - Índice de Divulgação Voluntária - FLEURY .....	64
Tabela 17 - Índice de Divulgação Voluntária - ITAÚ UNIBANCO.....	65
Tabela 18 - Índice de Divulgação Voluntária - ITAUSA .....	65
Tabela 19 - Índice de Divulgação Voluntária - KLABIN SA.....	66
Tabela 20 - Índice de Divulgação Voluntária - LIGHT SA.....	66
Tabela 21 - Índice de Divulgação Voluntária - LOJAS AMERICANAS .....	66
Tabela 22 - Índice de Divulgação Voluntária - LOJAS RENNER .....	67
Tabela 23 - Índice de Divulgação Voluntária - NATURA .....	68
Tabela 24 - Índice de Divulgação Voluntária - PETROBRAS .....	68
Tabela 25 - Índice de Divulgação Voluntária - SANTANDER .....	68
Tabela 26 - Índice de Divulgação Voluntária - VIVO.....	69
Tabela 27 - Índice de Divulgação Voluntária - TIM PART SA.....	69
Tabela 28 - Índice de Divulgação Voluntária - WEG.....	70
Tabela 29 - Índice Médio de Divulgação por Setor.....	70

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	14
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>14</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>14</b>
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	15
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>16</b>
2.1 TEORIA DA LEGITIMIDADE.....	16
2.2 TEORIA DA DIVULGAÇÃO.....	20
2.3 RELATO INTEGRADO.....	22
2.4 ESTUDOS ANTERIORES.....	28
2.5 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	32
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>34</b>
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	34
3.2 PARADIGMA DA PESQUISA.....	35
3.3 UNIVERSO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO.....	35
3.4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	36
3.5 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	37
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>46</b>
4.1 RESULTADO DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO.....	46
4.2 RESULTADOS DA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA POR EMPRESA E SETOR.....	59
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>74</b>
<b>APÊNDICE A – PROTOCOLO DE PESQUISA</b> .....	<b>79</b>
<b>APÊNDICE B – LIVRO DE CODIFICAÇÃO</b> .....	<b>81</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Historicamente, as organizações tinham como alvo divulgar informações corporativas apenas de caráter econômico-financeiro, com foco na maximização de lucros. Porém, a partir de uma série de danos ambientais decorrentes das atividades produtivas das empresas, a sociedade desenvolveu interesse gradativo nas questões socioambientais. Além de produtos e serviços de qualidade, passou-se a exigir das empresas uma maior responsabilidade social corporativa (RSC). Na verdade, as discussões em torno da RSC não são recentes, sendo que estudos nacionais e internacionais discutem o assunto a partir de diversas abordagens metodológicas (RUFINO, 2017).

Com essa nova demanda por uma maior RSC, surge uma crescente divulgação dos *disclosures* voluntários, além das informações obrigatórias. Então, observou-se a necessidade de padronizar os relatórios de sustentabilidade, assim denominados, de modo a obter uma melhor análise e comparabilidade das informações (FREITAS, 2017). Nesse contexto, surge o *Global Reporting Initiative* (GRI), em 1997, como instrumento de auxílio na elaboração dos *disclosures* voluntários e com a finalidade de harmonizar os relatórios de responsabilidade social e sustentabilidade no sentido de melhorar os processos de análise (CRISÓSTOMO, 2020).

Apesar desses avanços do GRI, o modelo apresenta falhas ao divulgar diferentes documentos com desconexão espacial e temporal, pois não se divulgam as prospecções ao longo do tempo. Assim, em 2013, criado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), surge o Relato Integrado (RI), que se apresenta como um modelo para diminuir inconsistências, melhorar a qualidade das informações disponíveis a provedores de capital financeiro e enfatizar a conexão de informações, relevância estratégica, concisão e orientação para o futuro (*framework* do IR, 2021).

De forma a aperfeiçoar a estrutura internacional do Relato Integrado, o IIRC criou um Projeto Piloto com empresas voluntárias, que elaboraram e divulgaram seus relatórios conforme às diretrizes apresentadas pelo IIRC. As empresas participantes do Projeto Piloto são consideradas pioneiras tanto na implantação de relatórios corporativos como em participar na elaboração da Estrutura Internacional do Relato Integrado (IIRC, 2013). O Relato Integrado é,

portanto, uma das formas usadas para a divulgação de informações financeiras e não financeiras aos *stakeholders* (TEIXEIRA, 2021).

Um dos fatores motivadores para as empresas adotarem o Relato Integrado apontado nos estudos acadêmicos é a teoria da legitimidade (STEYN, 2014), baseada na ideia de que a empresa atua na sociedade por meio de um contrato social, realizando sua gestão empresarial atendendo expectativas da comunidade (PATTEN, 1992). Conforme a teoria da legitimidade, a divulgação pode ser realizada para mostrar que a organização está em conformidade com as expectativas da sociedade ou para alterar alguma percepção negativa acerca da organização (RUFINO, 2017).

No que concerne ao processo de evidenciação e divulgação de informações, a teoria do *disclosure* é utilizada como teoria base para esses estudos. A quantidade de informação produzida e evidenciada voluntariamente depende do nível de divulgação desejada, a qual pode ser adequada, justa e completa. A divulgação adequada traz um volume menor de informações, a divulgação justa busca um tratamento equitativo para todos os leitores dos relatórios e a completa dissemina apenas o que for relevante, de modo a facilitar a interpretação dos leitores (DA SILVA, 2019).

Diante das ideias apresentadas acerca da divulgação de *disclosure* voluntário pelas empresas, do contexto de surgimento do Relato Integrado e os fatores associados à sua aplicação pelas organizações, com base na teoria da legitimidade e na teoria da divulgação, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Que informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE B3?**

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE B3.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as informações não financeiras e de sustentabilidade no Relato Integrado com base no *framework* do RI;

- Verificar as empresas que tiveram maior divulgação voluntária dos capitais não financeiros do RI;
- Avaliar o *disclosure* relativo aos elementos teóricos presentes nos capitais não financeiros do Relato Integrado.

### 1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

A presente pesquisa busca contribuir para a literatura contábil, uma vez que os estudos aqui desenvolvidos contemplam o corpo de conhecimento existente na pesquisa acadêmica sobre o Relato Integrado. Sendo o Relato Integrado um possível modelo para os relatórios adotados pelas empresas em longo prazo, por meio de uma análise do conteúdo das informações nele constantes, a pesquisa contribui com o debate acadêmico acerca desse tema no cenário empresarial e nas produções científicas.

Justifica-se a importância desta pesquisa pela análise de uma área de conhecimento que se encontra em fase de consolidação nos estudos contábeis, contribuindo, dessa forma, para o levantamento de pesquisas que se referem ao Relato Integrado das empresas que têm o interesse em aderir a esse modelo de divulgação (SLEWINSKI; CAMACHO; SANCHES, 2015).

O estudo pretende contribuir com as empresas que se preocupam com o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade disponibilizados ao público. Desta forma, é possível verificar de que forma estas empresas estão evidenciando suas informações não financeiras relativas à sustentabilidade. O estudo também é oportuno, dado o rápido aumento no uso de diferentes formas de elaborar relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados pelas maiores empresas do mundo nos últimos anos (HUGHEN *et al.*, 2014; KPMG, 2017).

A pesquisa justifica-se, ainda, pela necessidade do mercado que se utiliza de relatórios de sustentabilidade para a tomada de decisões, visualizando estes dados como uma forma de transparência para o negócio e como um diferencial das demais empresas em termos de políticas mais sustentáveis, simplificação das informações sobre os investimentos, gerando maior confiança para os *stakeholders*. O Relato Integrado é considerado uma inovação com potencial para transformar processos, gerar mudanças positivas no comportamento corporativo e estimular melhorias na tomada de decisão que contribuem para aumentar o valor e o sucesso a longo prazo das empresas (ADAMS, 2015; IIRC, 2016).

Os estudos sobre Relato Integrado continuam surgindo, mas pesquisas apontam a escassa literatura sobre o tema (BANANUKA; TUMWEBAZE; OROBIA, 2019). Outros

pesquisadores sugerem que sejam desenvolvidos mais estudos em diferentes contextos nacionais acerca dessa temática (GUNARATHNE; SENARATNE, 2017; ROBERTSON; SAMY, 2015; STEYN, 2014; LODHIA, 2014; HAJI; HOSSAIN, 2016; BOMMEL, 2014). Com base na perspectiva desses autores, pode-se considerar uma lacuna de pesquisa envolvendo o tema.

O estudo ainda poderá motivar pesquisas futuras na direção de compreender e explicar os fatores que envolvem a adoção do Relato Integrado e as consequências dessa adoção para a empresa e sociedade. Justifica-se para análise a escolha das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) por apresentarem uma maior transparência em relação às demais carteiras da B3, comprovando assim, a preferência dos investidores por empresas que valorizam a sustentabilidade (ARAÚJO, 2020).

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 TEORIA DA LEGITIMIDADE**

A preocupação em legitimar as suas atividades pode ser vista como essencial, constituindo-se em uma das principais motivações para a divulgação de certas informações pelas empresas. Esta visão é enquadrada na teoria da legitimidade. Essa teoria deriva da ideia de que as organizações buscam estabelecer congruência entre as suas atividades e as expectativas da sociedade, fazendo com que elas se legitimem à medida em que conseguem atender aos padrões de comportamento exigidos no meio em que atuam (DIAS FILHO, 2012).

Nos últimos anos, uma importante aliada das empresas na gestão da legitimidade social tem sido a evidenciação de informações, que diante das exigências do mercado altamente competitivo em que atuam, torna-se participante não somente do processo de transparência da gestão econômico-financeira, mas também da gestão socioambiental das entidades, como forma de garantir sua sustentabilidade (MACHADO; OTT, 2015).

A teoria da legitimidade se apresenta como um dos recursos teóricos proposto nos últimos anos como uma alternativa para explicar e prever práticas de evidenciação voluntária. Na ótica da teoria da legitimidade, a organização deve demonstrar constantemente à sociedade a sua importância e legitimar os seus atos, de modo a evidenciar o cumprimento do “contrato social” que existe entre a sociedade e a empresa (DIAS FILHO, 2007).

A busca pela continuidade aliada a teoria da legitimidade pode ser compreendida por meio da avaliação coletiva que os *stakeholders* fazem da organização. Visto que, um bom

modelo de avaliação do grau de legitimidade da empresa deve levar esses *stakeholders* em consideração, uma vez que eles são capazes de afetar significativamente a continuidade da entidade (HIBELYS, 1995), porquanto a sobrevivência das entidades está ameaçada caso a sociedade perceba que o contrato foi quebrado. (EUGÊNIO, 2010).

Diante disso, observa-se que na teoria da legitimidade existe a ideia de um contrato social estabelecido entre a sociedade e as empresas, no qual a sociedade dá condições para que as entidades existam e em troca esperam que elas atendam às suas expectativas (BRANCO; RODRIGUES, 2006). Assim, a política de divulgação adotada nas empresas é considerada uma importante ferramenta pela qual os gestores podem influenciar a percepção do exterior sobre a sua empresa (PENEDO *et al.*, 2004).

Dentro dessas ações que as empresas utilizam para manutenção de sua legitimidade, Lindblom (1994) identifica quatro tipos: i) educar e informar o público acerca das alterações recentes no seu desempenho e/ou atividades; ii) alterar as percepções do público em relação à empresa; iii) manipular as percepções, desviando a atenção de determinado problema para outras questões relacionadas; iv) alterar as expectativas do exterior quanto ao seu desempenho.

As decisões sobre quais informações divulgar, assim como as políticas de evidenciação corporativa, se tornaram um forte mecanismo de legitimação, com isso as organizações tendem a ampliar seu *disclosure*, indo além das exigências legais (DIAS FILHO, 2012), se legitimando por meio da divulgação de dados sociais e ambientais com a finalidade de informar sobre as ações de proteção ambiental e apoio à sociedade. (EUGÊNIO, 2010).

A apresentação de informações que sejam relevantes aos usuários da informação ocorre mediante evidenciações voluntárias, bem como por meio de informações compulsórias (BEUREN, 2009). Segundo Dantas, Zendersky e Niyama (2004) o processo da evidenciação de informações não significa apenas divulgar, mas transmitir essa informação de modo que seja apresentada com qualidade, oportunidade e clareza. Cabe destacar que outro ponto acerca dessa divulgação está na relevância das informações, pois deve ser divulgado o que for importante para o usuário (IUDÍCIBUS, 2004).

Cabe destacar que as organizações preparam o RI na tentativa de manter e reparar sua legitimidade entre as partes interessadas (DE VILLIERS *et al.*, 2017). A legitimidade organizacional pode ser alcançada através de relacionamentos sólidos com as partes interessadas. Por essa razão, as organizações devem adaptar suas divulgações corporativas de acordo com as expectativas de suas partes interessadas, para conquistar sua confiança e obter legitimidade (HAHN; LÜLFS, 2014). De acordo com O'Donovan (2002, p. 349), para que uma

entidade gerencie sua legitimidade organizacional de maneira eficaz, deve seguir os seguintes passos contemplados do Quadro 1:

**Quadro 1 - Passos para o gerenciamento da legitimidade organizacional**

Item	Descrição
a)	Identificar seus públicos de conferência.
b)	Estabelecer quais são os valores sociais e ambientais de seus públicos e suas percepções sobre a corporação (variáveis de pressão pública).
c)	Decidir sobre o propósito ou objetivo de qualquer potencial resposta organizacional a ameaças de legitimidade.
d)	Decidir quais táticas e opções de divulgação estão disponíveis e adequadas para o gerenciamento da legitimidade, relacionadas ao propósito da resposta organizacional.

Fonte: Adaptado de O'Donovan (2002, p. 349).

Conforme Suchman (1995) a legitimidade pode ser definida como uma percepção ou premissa generalizada de que as ações de uma organização são desejáveis, adequadas ou apropriadas em algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições. Segundo o autor, são diversas as razões que as empresas procuram para se legitimar e as formas de alcançar essa legitimação pode variar conforme os objetivos que cada organização define.

A literatura sobre a legitimidade é dividida em dois grupos: a legitimidade institucional e a estratégica. A perspectiva gerencial é abordada na visão estratégica, que é onde estudam-se as formas pelas quais as empresas implantam e manipulam “símbolos sugestivos” de maneira instrumental a fim da obtenção de apoio social (RUFINO; DA SILVA; LUCENA, 2019).

Algumas estratégias de legitimidade foram definidas por Suchman (1995), que em seu estudo, criou categorias de legitimidade que podem ser utilizadas para analisar evidências de diversas organizações. Segundo Farias *et al.* (2017) essas categorias possuem importantes distinções entre si, primeiramente, a legitimidade pragmática depende do interesse próprio da audiência, enquanto que a legitimidade moral e cognitiva envolvem questões culturais mais abrangentes. O conceito de cada uma dessas categorias está descrito no Quadro 2.

**Quadro 2 - Categorias de Estratégias de Legitimidade**

Categoria de Legitimidade	Descrição
---------------------------	-----------

Pragmática	Essa é uma categoria de legitimidade, que está relacionada ao imediatismo da organização em relação as respostas sobre a percepção de seu público-alvo. Ela pode se resumir a uma espécie de legitimidade de troca, onde o público concede legitimidade às organizações que estão de acordo com seus interesses, que compartilham dos mesmos valores, ou que são honestas e confiáveis.
Moral	É uma categoria de legitimidade que repousa em julgamentos, sobre se a atividade feita pela empresa é a coisa certa a se fazer, geralmente, levando-se em consideração, se a atividade efetivamente promove o bem-estar social.
Cognitiva	Essa categoria pode envolver tanto apoio afirmativo ou uma simples aceitação de uma organização por ela ser necessária ou inevitável. Ela decorre principalmente da disponibilidade de modelos culturais, que proporcionam explicações aceitáveis para a organização e seus esforços.

Fonte: Suchman (1995).

Conforme Duff (2017) a categoria de legitimidade pragmática é mais facilmente alcançada e conseqüentemente mais fácil de ser perdida, enquanto as categorias morais ou cognitivas são mais robustas e difíceis de alcançar. A legitimidade pragmática fundamenta-se em identificar os altos interesses do público mais imediato de uma organização (RUFINO; DA SILVA; LUCENA, 2019).

A legitimidade moral é baseada em ações e atividades que possuem a característica de parecer que a empresa está fazendo a coisa certa, refletindo a crença de que a atividade promove de fato o bem-estar da sociedade, seguindo um sistema de valores socialmente construídos (FANK; BEUREN, 2010; SUCHMAN, 1995).

Segundo Suchman (1995), na legitimidade cognitiva existem duas variantes significativas: a baseada na compreensibilidade e a baseada no *taken-for-granted*. Na legitimidade baseada na compreensibilidade não são ponderados os reflexos positivos e/ou negativos da atividade econômica, ela por si é considerada inevitável e essencial a partir de alguma construção social e cultural, enquanto que na legitimidade baseada no *taken-for-granted* pressupõe-se que algo que é dado como certo dificilmente poderá ser mudado.

As empresas adotam diferentes formatos de divulgação e graus de detalhamento em seus relatórios, sendo fortemente impulsionados pelo poder e a influência dos *stakeholders* sobre a empresa, de modo a buscar atender às expectativas desses *stakeholders*, em especial dos investidores (SUCHMAN, 1995).

Para se legitimar de maneira confiável, a empresa precisa estar atenta a quais informações têm sido consideradas como mais relevantes pelos seus principais *stakeholders* e as incorporar em suas divulgações, a despeito da legislação do mercado em que atua (FERREIRA; MIRANDA; SANTOS, 2021).

## 2.2 TEORIA DA DIVULGAÇÃO

Nas pesquisas que envolvem a divulgação da informação contábil, a Teoria da Divulgação tem sido utilizada como teoria base. Inicialmente para compreender o uso do termo divulgação ou evidenciação, cabe destacar que ambos se referem ao termo *disclosure*, de modo que todos esses termos podem ser tidos como sinônimos. A evidenciação de informações ou *disclosure* pode ser entendida como o processo de externalização de itens intrínsecos à empresa, os quais são relevantes no contexto que a informação está inserida (SILVA, 2015).

O conjunto total do *disclosure* de uma empresa é composto por informações exigidas por lei, mas também por informações voluntárias que são úteis aos *stakeholders* no processo de tomada de decisões (AVELINO, 2013). Muitas organizações optaram por divulgar informações além das que são exigidas pela legislação ou por algum órgão regulador, ou seja, passaram a divulgar de forma voluntária informações adicionais, buscando atender as expectativas informacionais dos usuários. Essa divulgação transcende os aspectos financeiros, incorporando aspectos ambientais e sociais, por exemplo (FERREIRA; MIRANDA; SANTOS, 2021).

O *disclosure* implica não apenas divulgar, mas fazer uma divulgação que possua qualidade, oportunidade e clareza. A partir dessa perspectiva, para que exista um alcance de maior transparência no processo de evidenciação, deve-se divulgar informações considerando aspectos ligados a tempestividade, detalhamento e relevância (MOTA, 2014).

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o CPC 00 (R1 2011) trata as características da informação contábil e fundamenta o processo de divulgação a fim de maximizar a utilidade da informação ao usuário. A estrutura destaca que a informação contábil deve ser relevante, ter materialidade e ser representada fidedignamente. A informação também deve apresentar aspectos de comparabilidade, verificabilidade, compreensibilidade e tempestividade (CPC 00 R1, 2011).

Verrecchia (1983) e Dye (1985), autores seminais nas pesquisas que envolvem o *disclosure*, elaboraram modelos matemáticos que buscavam quantificar os custos de transação de forma mais realista. Verrecchia (1983) analisou os custos relacionados à *disclosure*, demonstrando a possibilidade de os analistas atribuírem uma taxa de desconto à falta de informação, enquanto que Dye (1985) tratou do *disclosure* voluntário, circunstância em que o gestor considera importante a divulgação da informação adicional para maximização do valor da empresa (FERREIRA; MIRANDA; SANTOS, 2021).

Estes dois estudos, e outras pesquisas que buscam prever e explicar o nível de divulgação das companhias, deram origem à Teoria da Divulgação (YAMAMOTO; SALOTTI,

2006). Após duas décadas dos seus estudos, Verrecchia (2001) identificou nas pesquisas em contabilidade fenômenos relacionados à divulgação contábil, com base nessas pesquisas, foram identificados três categorias referentes ao processo de divulgação de informações em contabilidade: (i) a divulgação baseada em associação (*association based disclosure*); (ii) a divulgação baseada em eficiência (*efficiency based disclosure*); (iii) e a divulgação baseada em julgamento (*discretionary based disclosure*).

O Quadro 3 apresenta a definição de cada uma das classificações da teoria proposta por Verrecchia (2001).

**Quadro 3 - Classificação da Teoria do *Disclosure* elaborado por Verrecchia (2001)**

<b>Modelos estruturados da Teoria do <i>Disclosure</i></b>	
Divulgação baseada em Associação	Divulgações exógenas quanto à agregação de mudanças ou interrupções das atividades dos investidores que competem dentro do mercado de capitais, envolvendo questões acionárias, equilíbrio de negócios, ativos, etc. Tais informações podem gerar efeitos sobre as ações cumulativas para os agentes no momento em que são divulgadas.
Divulgação baseada em Discricionariiedade	Divulgações endógenas que se relacionam ao exame de como os gestores e/ou as empresas interpretam a informação sobre as quais elas retêm. Os dados são avaliados dentro de uma perspectiva de um mercado de capital que é caracterizado como o único consumidor representativo das informações divulgadas, analisando opções incondicionais.
Divulgação baseada em eficiência	A divulgação é incondicionalmente escolhida, sem exigência envolvida na opção e são fundamentadas na economia, ainda que não realizadas pela entidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base em Verrecchia, 2001.

A divulgação baseada em associação examina os efeitos da divulgação sobre o preço de equilíbrio dos ativos e sobre o volume de negócios. A divulgação baseada em eficiência discute os arranjos de divulgação preferíveis no cenário de ausência de conhecimento prévio das informações. A divulgação baseada em julgamento envolve o estudo das motivações para a divulgação das informações (AZEVEDO, 2019).

Dye (2001) argumentou que se fossem considerados somente os estudos relacionados à divulgação corporativa voluntária, era possível identificar uma teoria, a partir disso propôs uma outra perspectiva para analisar as pesquisas relacionadas à divulgação corporativa. Assim, Dye (2001) discorda das conclusões de Verrecchia (2001) e define as bases para a Teoria da Divulgação Voluntária, principal desdobramento da Teoria da Divulgação (FERREIRA; MIRANDA; SANTOS, 2021).

Diante dessas perspectivas, compreende-se que a Teoria da Divulgação pode ser abordada de um ponto de vista mais abrangente, considerando aspectos relacionados à

associação, discricionariedade e eficiência (VERRECCHIA, 2001), assim como pode avançar, ao abordar apenas aspectos relacionados à *disclosure* voluntário (DYE, 2001), no qual a empresa amplia sua exposição ao mercado, buscando atender as expectativas de seus principais stakeholders (FERREIRA; MIRANDA; SANTOS, 2021). No Quadro 4 são apresentados estudos já realizados sobre Divulgação Voluntária em Contabilidade no período de 2018 a 2022.

**Quadro 4 - Estudos sobre Divulgação Voluntária em Contabilidade**

<b>Autores</b>	<b>Objetivo do estudo</b>
Vinhato (2022)	O estudo teve por objetivo verificar o impacto das características do comitê de auditoria sobre a divulgação voluntária de informações sobre responsabilidade social corporativa (RSC) por meio de uma análise das empresas brasileiras.
Sousa (2021)	Objetiva analisar se o índice de <i>disclosure</i> via <i>website</i> praticado por entidades sem fins lucrativos mostra-se alinhado a importância atribuída por doadores e gestores à divulgação voluntária de informações.
Rocha (2020)	Esta pesquisa objetivou relacionar as informações obtidas por meio da utilização do <i>hedge accounting</i> nas entidades bancárias, à aplicação e correlação com a Teoria do <i>Disclosure</i>
Arantes; Dias; Soares (2020)	O estudo objetiva sintetizar os efeitos da divulgação voluntária das informações prospectivas, <i>guidance</i> , no comportamento das empresas.
Kyung, Lee e Marquardt (2019)	O efeito da adoção voluntária de provisões de recuperação sobre divulgações de resultados não disciplinadas pelo US GAAP ( <i>Generally Accepted Accounting Principles</i> – Princípios Contábeis Comumente Aceitos nos Estados Unidos).
Park, Sani, Shroff e White (2019)	Efeitos de propriedade comum de ações em empresas concorrentes, por parte de investidores, sobre as divulgações voluntárias.
Nagar, Schoenfeld e Wellman (2019)	Incertezas sobre políticas econômicas governamentais e seus efeitos sobre as divulgações voluntárias.
Hales, Moon e Swenson (2018)	Opiniões sobre perspectivas de curto prazo fornecidas voluntariamente por empregados de empresas, em uma plataforma online, e sua relação com divulgações futuras das empresas.
Dye e Hughes (2018)	Decisões de um gestor sobre divulgações voluntárias, junto a precificações de ativos, custos de capital e efeitos de transferência das informações, em um modelo no qual investidores negociam títulos múltiplos.
Zaini, Sharma, Samkin e Davey (2018)	Nível de <i>disclosure</i> voluntário em demonstrações anuais por meio de exame do impacto da estrutura de propriedade.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base nos autores citados.

As pesquisas selecionadas exploraram desde questões relativas ao nível de *disclosure* em demonstrações anuais (ZAINI *et al.*, 2018) até divulgação voluntária de informações sobre responsabilidade social corporativa (RSC) por meio de uma análise das empresas brasileiras (VINHATO, 2022).

### 2.3 RELATO INTEGRADO

As discussões acerca do Relato Integrado (RI) ganham destaque em um contexto de empresas que buscam se adequar às práticas mais sustentáveis e querem continuar gerando valor para o seu negócio ao longo do tempo. O Relato Integrado surge como uma nova forma de comunicação empresarial, permitindo a harmonização de informações e a convergência dos sistemas de gestão organizacional e da comunicação corporativa (KASSAI; CARVALHO, 2012).

O fórum do *Accounting for Sustainability Project* (A4S), realizado em 2009, com a participação do *Global Reporting Initiative* (GRI) e a *International Federation of Accountants* (IFAC), discutiu acerca da necessidade de desenvolver um modelo de relatório corporativo com o intuito de evidenciar o desempenho das empresas de maneira integrada, para cumprir esse objetivo surge em 2010 o *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

O IIRC é uma organização global sem fins lucrativos, formado por reguladores, investidores, empresas, normatizadores, profissionais de contabilidade, academia e ONGs e busca promover uma comunicação acerca da criação de valor para um aperfeiçoamento dos relatórios corporativos. O IIRC tem como missão estabelecer relatórios e pensamentos integrados dentro da prática comercial dominante como a norma nos setores público e privado (IIRC, 2020).

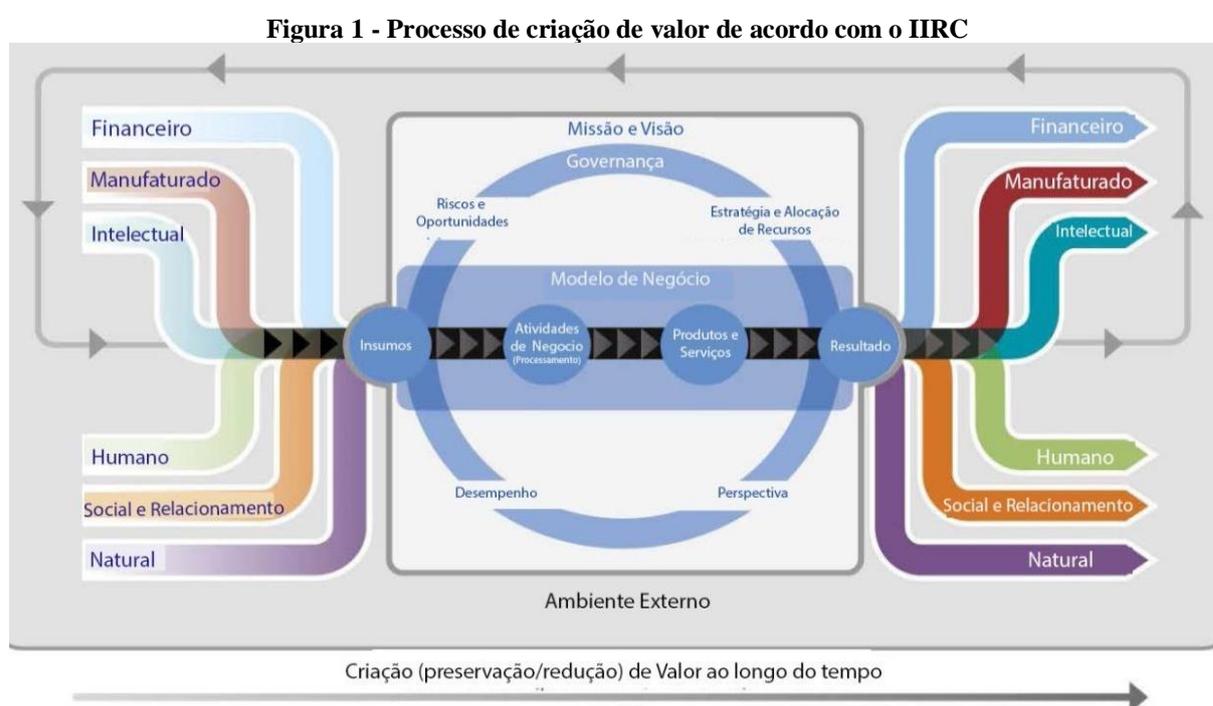
O IIRC criou uma estrutura que reúne informações financeiras, ambientais, sociais e de governança de forma clara, sólida e comparável – em síntese, de um modo integrado (KASSAI; CARVALHO, 2012). De forma a atender uma demanda de uma economia mais sustentável essa estrutura traz informações mais abrangentes e compreensíveis dentro do contexto geral das organizações.

O Relato Integrado (RI) não pode ser definido como sendo mais um relatório de sustentabilidade divulgado pelas empresas anualmente. Conforme definição do Conselho Internacional de Relatórios Integrados (IIRC, 2013), o RI é um processo baseado no pensamento integrado que resulta em um relatório integrado periódico por uma organização sobre a criação de valor ao longo do tempo e comunicações relacionadas a aspectos de criação de valor.

A geração de valor ocorre quando as empresas conseguem correlacionar de forma positiva os seus recursos (capitais) em suas atividades, diminuindo os impactos negativos e alcançando retornos positivos nos seus investimentos de forma sustentável (MARIA; D'ANGELO; BORGERTH, 2021). O *framework* do RI modifica a forma como as empresas pensam em criar valor, por meio do pensamento integrado decorrente do processo existente no Relato Integrado (IFAC, 2015).

A criação de valor é um processo que compreende o ambiente externo; questões de governança que apoiam a organização para criar valor; o modelo de negócios; atividades de negócios (que incluem planejamento, *design* e fabricação de produtos); resultados como resultado dos efeitos dos vários capitais; riscos e oportunidades; estratégia organizacional para mitigar riscos e explorar oportunidades; informações sobre o desempenho da organização para permitir a tomada de decisões; e a perspectiva da organização em termos de requisitos de divulgação (BANANUKA; TUMWEBAZE; OROBIA, 2019).

A Figura 1 destaca de forma ilustrativa, conforme o *framework* do RI, esse processo de criação de valor envolvendo os seis capitais do Relato Integrado. No *framework* do Relato Integrado, o valor não é gerado apenas pela organização ou dentro dela, é um processo inter-relacionado entre as partes e depende de diversos recursos, bem como é influenciado pelo ambiente externo (MARIA; D'ANGELO; BORGERTH, 2021). A Figura 1 apresenta a forma como esses capitais se relacionam com esse ambiente externo ao longo do tempo.



Fonte: IIRC (2013).

O Relato Integrado tem como objetivo trazer uma maior coesão e eficiência ao processo de reporte corporativo e busca adotar o pensamento integrado como forma de quebrar os silos internos e reduzir a duplicação. O Relato Integrado é um documento sobre como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização levam à criação de valor a curto, médio e longo prazo (IIRC, 2020).

Em 2013 foi lançado pelo IIRC o *framework* do Relato Integrado, a estrutura do IR foi lançada após vários testes feitos por empresas e investidores em todo o mundo, o projeto piloto do IIRC englobou 140 empresas e investidores de 26 países. O projeto contou com empresas voluntárias cujo objetivo era o de obter *feedback* sobre os alicerces da estrutura e aprimorar o seu desenvolvimento e aplicação prática (TEIXEIRA, 2021). Conforme as informações do IIRC (2020) a estrutura do relato possui como objetivo estabelecer princípios que irão nortear o conteúdo geral de um relatório integrado e definir os conceitos fundamentais que o amparam.

**Quadro 5 - Princípios Básicos do RI**

Foco Estratégico e Orientação para o Futuro	Oferecer uma visão da estratégia da organização e de como esta se relaciona com a capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos, bem como o uso que faz dos capitais e seus impactos sobre eles.
Conectividade da Informação	Mostrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo.
Relações com Partes Interessadas	Prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades.
Materialidade	Divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.
Concisão	Deve ser conciso.
Confiabilidade e Completude	Abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros materiais.
Coerência e Comparabilidade	Apresentar as informações em um relatório integrado: (a) em bases coerentes ao longo do tempo; e (b) de maneira a permitir uma comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor ao longo do tempo.

Fonte: Elaborado a partir de IIRC (2013).

Os Princípios Básicos do Relato Integrado destacados no Quadro 5 sustentam a preparação e apresentação de um RI, informam o conteúdo do relatório e a maneira pela qual a informação é apresentada. Estes Princípios Básicos se aplicam individualmente e coletivamente para fins de preparação e apresentação de um relatório integrado. Assim, exige-se bom senso na sua aplicação, principalmente quando houver tensão entre eles, por exemplo, entre a concisão e a completude (IIRC, 2013).

O Relato Integrado não possui um foco essencialmente financeiro, ele contempla informações diversas e abrangentes e se concentra em destacar seis tipos de capitais interligados entre si: Natural, Humano, Social/Relacionamento, Intelectual, Manufaturado e Financeiro (IIRC, 2013). Kassai e Carvalho (2012) destacam que o novo modelo de negócio permite que os gestores tomem decisões não apenas com foco financeiro, mas avaliando também o valor

intrínseco dessas novas moedas. Os capitais do Relato Integrado são descritos e classificados a seguir no Quadro 06.

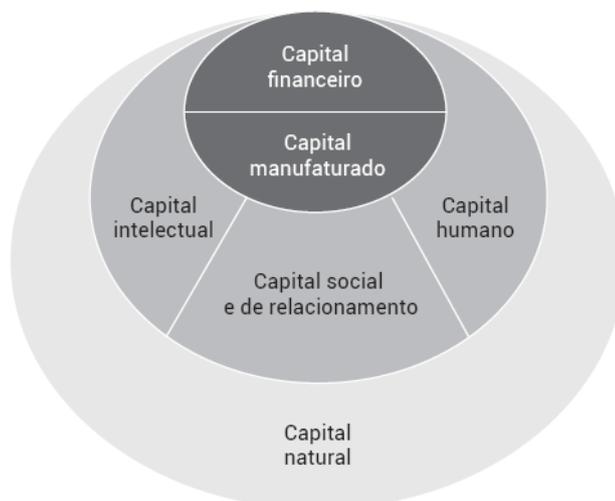
**Quadro 6 - Descrição dos capitais do Relato Integrado**

Capital	Descrição
Capital Financeiro	Conjunto de recursos que está disponível a uma organização para ser utilizado na produção de bens ou na prestação de serviços. É obtido por meio de financiamento, ações ou subvenções, gerado por meio de investimentos. Pode-se citar como exemplos os financiamentos, empréstimos, subsídios.
Capital Manufaturado	Objetos físicos manufaturados, disponíveis à organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, incluindo prédios e equipamentos. Dentre os exemplos estão: Equipamentos, móveis, infraestrutura.
Capital Intelectual	São intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, como propriedade intelectual. Exemplos: Patentes, software, direitos autorais, conhecimento em sistemas e processos.
Capital Humano	As competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar, assim como a capacidade de entender, desenvolver e implementar uma estratégia, lealdade e motivação para melhorar os processos, bens e serviços. Alguns exemplos: Alinhamento ao negócio e a cultura empresarial, capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.
Capital Social e de Relacionamento	As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes; e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. Exemplos: Normas, valores, reputação e comportamentos, licença social para atuar.
Capital Natural	Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização. Exemplos: Água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e ecossistema

Fonte: IRCC (2013).

A figura 2 apresenta de modo ilustrativo os seis Capitais do Relato Integrado conforme o *framework* do RI.

**Figura 2 - Capitais do Relato Integrado segundo o framework Capitais**



Fonte: Adaptado do Fórum para o Futuro - Modelo de Cinco Capitais (2011)  
<https://www.forumforthefuture.org/the-five-capitals>

Conforme destacam Garcia *et al.* (2018), a B3 teve a iniciativa de aplicar um questionário com as empresas listadas na bolsa por meio do programa intitulado “Relate ou Explique”, a partir deste questionário foi identificado se as empresas estavam publicando seus relatórios de sustentabilidade, caso as empresas não estivessem publicando deveriam justificar o porquê da não publicação.

**Quadro 7 - Elementos de Conteúdo do RI**

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	O que a organização faz e sob que circunstâncias ela atua?
Governança	Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?
Modelo de Negócios	Qual é o modelo de negócios da organização?
Riscos e Oportunidades	Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazos, e como a organização lida com eles?
Estratégia e Alocação de Recursos	Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?
Desempenho	Até que ponto a organização já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais são os impactos no tocante aos efeitos sobre os capitais?
Perspectivas	Quais são os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao perseguir sua estratégia e quais são as potenciais implicações para seu modelo de negócios e seu desempenho futuro?
Base para Preparação e Apresentação	Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como esses temas são quantificados ou avaliados?

Fonte: Elaborado a partir de IIRC (2013).

Os Elementos de Conteúdo destacados no Quadro 7, de acordo com a estrutura padrão do RI, são fundamentalmente vinculados uns aos outros e não são mutuamente excludentes. A ordem dos Elementos de Conteúdo não é a única maneira de sequenciá-los. Sendo assim, os Elementos de Conteúdo não devem servir como estrutura padrão de um relatório integrado, com suas informações aparecendo em uma sequência fixa, ou como seções isoladas e autônomas.

A informação em um relatório integrado é apresentada de modo a tornar aparentes as conexões entre os Elementos de Conteúdo. O conteúdo do relatório integrado de uma organização depende das circunstâncias individuais da organização. Os Elementos de Conteúdo são, portanto, apresentados como perguntas, não como listas de verificação de divulgações específicas (IIRC, 2013).

Em 2016, a partir da instrução da CVM nº 552/14, tornou-se obrigatória a divulgação socioambiental por parte destas empresas por meio dos Formulários de Referência (FR), devendo ser indicado por essas empresas qual o tipo relatório que elas estavam publicando, relatórios de sustentabilidade ou o Relato Integrado, caso as empresas não tivessem feito a

publicação dos seus relatórios deveriam indicar os motivos da não apresentação (GARCIA, *et al.*, 2018).

## 2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Conforme destaca Diniz (2020), os temas associados ao Relato Integrado podem ser compreendidos como algo relativamente novo no contexto empresarial, sendo ele desenvolvido por parte das organizações de forma voluntária. De acordo com o avanço desse tema, observa-se que há uma carência de trabalhos de investigação nessa área, portanto, identificou-se a necessidade de pesquisar mais sobre o RI, o que pode agregar informações sobre os conceitos já existentes.

Kiliç; Kuzey (2018) investigaram o nível de aderência dos relatórios atuais da empresa à estrutura de relatório integrado do IIRC, por meio da análise verificaram em que medida esses relatórios incluem os elementos de conteúdo dessa estrutura. Os autores constataram que os relatórios atuais da empresa apresentam principalmente riscos genéricos, em vez de riscos específicos; fornecem informações positivas enquanto descartam informações negativas.

Le Roux e Pretorius (2019) exploraram onexo entre o relato integrado e a integração da sustentabilidade. O trabalho procurou contribuir para uma melhor compreensão do nexo, obtendo uma visão aprofundada da construção de sentido daqueles que estão na prática. Dentre os achados desse estudo, o relatório integrado foi considerado para impulsionar a integração da sustentabilidade e promover mudanças dentro da organização. Os temas oferecem uma visão aprofundada de como os funcionários entendiam os relatórios integrados como um motivador para a integração da sustentabilidade.

De Villiers e Sharma (2020) examinaram o futuro do Capital Intelectual (IC), oferecendo uma reflexão crítica sobre diferentes formas de relatórios, com um foco particular nos Relatórios Integrados. Nessa pesquisa foi examinado como o IC é relatado em cada uma das estruturas de relatórios e foi concluído que é improvável que o Relato Integrado inclua os relatórios tradicionais de demonstrações financeiras, nem será capaz de fornecer todas as informações atualmente relatadas em relatórios do tipo GRI.

O Quadro 8 destaca algumas pesquisas internacionais em torno do Relato Integrado entre os anos de 2018 e 2021. Os estudos selecionados exploraram desde os fundamentos teóricos em torno do Relato Integrado, discutindo a ideia do pensamento integrado (CAMILLERI; MSIDA, 2018) até as percepções dos preparadores de relatórios integrados

mediante estudo de caso com organizações que adotam o RI (LODHIA; STONE, 2021). Outras pesquisas destacaram a relação/nexo entre os relatórios e a sustentabilidade (LE ROUX; PRETORIUS, 2019).

**Quadro 8 - Pesquisas internacionais sobre o Relato Integrado**

Nº	Autores	Título	Objetivo
1	Camilleri, M. A; Msida, M. (2018).	<i>Insights</i> teóricos sobre relatórios integrados: A inclusão decapitais não financeiros em divulgações corporativas	O objetivo deste artigo é traçar os fundamentos teóricos que levaram às organizações a realizar divulgações ambientais, sociais e de governança (ESG) e explicar o propósito do pensamento e relatórios integrados.
2	Kiliç, M.; Kuzey, C. (2018).	Avaliação dos relatórios atuais da empresa de acordo com a estrutura de relatório integrado do IIRC	Este artigo tem como objetivo investigar o nível de aderência dos relatórios atuais da empresa à estrutura de relatório integrado do <i>International Integrated Reporting Council</i> (IIRC), por meio da análise de se em que medida esses relatórios incluem os elementos de conteúdo dessa estrutura.
3	Stone, G. W.; Lodhia, S. (2019).	Legibilidade de relatórios integrados: um estudo exploratório global	O objetivo deste artigo é explorar a legibilidade e acessibilidade dos relatórios integrados, questão ampliada pelo IIRC's compromisso contínuo com uma linguagem de relatórios clara e legível e sua intenção de tornar o RI a norma corporativa de relatórios.
4	Bananuka; Tumwebaze, Orobia (2019).	A adoção de relatórios integrados: uma perspectiva de países em desenvolvimento	O objetivo deste artigo é estabelecer por que firmas em países em desenvolvimento demoram a adotar relatórios integrados (RI).
5	Le Roux, C.; Pretorius, M. (2019).	Explorando o nexo entre relatórios integrados e integração de sustentabilidade	Este artigo tem como objetivo explorar o nexo entre o relato integrado e a integração da sustentabilidade. Procura contribuir para uma melhor compreensão do nexo, obtendo uma visão aprofundada da construção de sentido daqueles que estão na prática.
6	Landau, A; Rochell, J; Klein, C Zwergel, B. (2020)	Relatórios integrados de dados ambientais, sociais e de governança e financeiros: Os relatórios integrados de valor de mercado?	Este estudo investiga a relevância do valor de RI e a influência de certas características, como a garantia. Assim, este artigo contribui para a literatura existente ao examinar as reais vantagens para as empresas ao adotar uma abordagem de RI.
7	De Villiers; Sharma (2020).	Uma reflexão crítica sobre o futuro do capital financeiro, intelectual, sustentabilidade e relatórios integrados	Este artigo examina o futuro dos relatórios de IC, oferecendo uma reflexão crítica sobre diferentes formas de relatórios, com um foco particular nos Relatórios Integrados (<IR>).
8	Karaburun, G. & Demirci, S.D. (2020).	A relação entre cultura contábil e consciência de relato integrado.	O objetivo desta pesquisa é fornecer evidências empíricas sobre o efeito dos valores da cultura contábil dos contadores na conscientização do relato integrado.
9	Nicolo, G.; Ricciardelli, A; Raimo N.; Vitolla, F. (2021).	Divulgação visual por meio de Relatórios Integrados	Este estudo, baseado na teoria dos <i>stakeholders</i> , tem como objetivo analisar os fatores que podem afetar o nível de divulgação visual no contexto do relato integrado (RI), que representa a última fronteira da divulgação corporativa.
10	Arora, M. P.; Lodhia, S.; Stone, W. (2021).	Percepções dos preparadores de relatórios integrados: um estudo global de adotantes de relatórios integrados	Este artigo examina as percepções dos preparadores de relatórios integrados. Usando uma abordagem de estudo de caso, as percepções do relato integrado foram analisadas em seis organizações

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base nos autores citados.

O Quadro 9 destaca pesquisas nacionais sobre o Relato Integrado desenvolvidas entre 2015 e 2021. Parte dos estudos nacionais se assemelharam quanto aos objetivos da pesquisa, o estudo de Santos (2018) objetivou descrever e analisar as características epistemológicas de artigos sobre o Relato Integrado publicados em periódicos nacionais e internacionais, enquanto que a pesquisa de Garcia (2018) teve como objetivo verificar o estágio de produções acadêmicas acerca do RI e sua implementação pelas empresas brasileiras, o estágio de elaboração de RI pelas organizações brasileiras também foi alvo de estudo de outra pesquisa desenvolvida por Garcia (2019).

**Quadro 9 - Pesquisas nacionais sobre o Relato Integrado**

Nº	Autores	Título	Objetivo
1	Slewinski, E.; Gonçalves, M. N.; Sanches, S. L. R. (2015)	Determinantes da Divulgação do Relatório De Sustentabilidade ou do Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa	O objetivo deste estudo é verificar se as variáveis discriminantes tamanho da empresa, setor de atividade, internacionalização, participação no índice Ibovespa e governança corporativa possuem aspecto discriminante em relação à divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou do Relato Integrado.
2	Alves, N. J. F.; Kassai, J. R.; Lucas, E. C. (2017)	Evidências de criação de valor nos Relatos Integrados das empresas do programa piloto no Brasil	O presente artigo tem por objetivo descrever os conteúdos que evidenciam a criação de valor no Relato Integrado (RI) das empresas do programa piloto no Brasil, nos anos de 2014 e 2015.
3	Dos Santos, A. C., Neumann, M., & Camacho, R. R. (2018)	Reflexões Epistemológicas de Estudos Empíricos sobre Relato Integrado	O objetivo deste estudo é descrever e analisar as características epistemológicas de artigos empíricos sobre RI que se embasam em alguma teoria e são publicados em periódicos nacionais e internacionais.
4	Garcia, A. S.; Ciasca, D. N.; Nabeshima, F. K. (2018)	Relato Integrado: Um olhar nas produções acadêmicas e na sua implementação pelas empresas	O objetivo desse estudo foi verificar o atual estágio tanto de produções acadêmicas acerca do RI como de sua implementação pelas empresas brasileiras
5	Dos Santos, A. C.; Favato, K. J.; Neumann, M. (2019)	Gestão de <i>Stakeholders</i> : Um Estudo sobre Fatores que Interferem na Elaboração do Relato Integrado	A pesquisa objetiva analisar quais fatores relacionados à gestão de <i>stakeholders</i> interferem no processo de elaboração de reportes baseados nas diretrizes do <i>International Integrated Reporting Council</i> .
6	Garcia, A.; Ciasca, D.; Marçal, A. (2019)	Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das Organizações Privadas e Públicas?	O objetivo desse estudo foi verificar o atual estágio de elaboração de RI pelas organizações brasileiras, públicas ou privadas.
7	Bevilaqua, I. C., Neumann, M., & da Silva Faia, V. (2020)	Fatores que Favorecem e/ou Limitam o Pensamento Integrado na Prática: Uma análise do Conceito, Incorporação e Benefícios apresentados pela Literatura do Relato Integrado	A pesquisa objetiva analisar o conceito, a incorporação e os benefícios do pensamento integrado e identificar os fatores que favorecem e limitam sua ocorrência na prática.

8	Zaro E. S.; Flores E. S.; Murcia F. D.; Fasan M.; Mio C, (2020)	O Efeito da adoção voluntária de Relatórios Integrados sobre o custo do Capital Próprio: Perspectiva De Aplicação	O objetivo da pesquisa é analisar como o custo do patrimônio líquido se relaciona com a divulgação voluntária do Relatório Integrado e como a aplicação afeta esse relacionamento
9	Santos; Miranda (2021)	<i>Framework</i> para avaliação do conteúdo informacional do Relato Integrado: uma proposta baseada na Técnica <i>Delphi</i>	A pesquisa teve como objetivo principal desenvolver um <i>framework</i> com potencial de avaliar o nível de conformidade do relato integrado publicado pelas empresas, em relação ao conteúdo que se espera que elas sejam capazes de evidenciar sobre seus tipos de capitais.
10	Maria, S. C., d'Angelo, M. J., & Borgerth, V. M. D. C. (2021)	Lacunas no engajamento e uso do Relato Integrado no Brasil	O objetivo desta pesquisa foi identificar as lacunas de engajamento e de utilização entre os atores sociais envolvidos com o Relato Integrado (RI) no Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base nos autores citados.

Garcia, Ciasca e Marçal (2019) verificaram o atual estágio de elaboração do Relato Integrado pelas organizações brasileiras, públicas ou privadas. Buscou-se verificar o cumprimento da Instrução Normativa (IN) 480 da CVM, a partir da consulta do Formulário de Referência das 635 empresas que enviaram tal documento à CVM em 2018. Apenas 191 (31%) empresas declararam divulgar informações socioambientais, sendo o RI elaborado por 33 delas.

Nas organizações públicas o número de Relatos Integrados (RI) publicados é inferior ainda, dado que a partir de julho de 2018 é que passou a ser obrigatória a sua divulgação. O estudo de Garcia, Ciasca e Marçal (2019) concluiu que o assunto RI é ainda bastante fértil, com poucas publicações, tanto pelas empresas privadas como organizações públicas. Mas esse cenário deve mudar.

Bevilaqua, Neumann e Silva Faia (2020) analisaram o conceito, a incorporação e os benefícios do pensamento integrado e identificaram os fatores que favorecem e limitam sua ocorrência na prática. Para execução do estudo, foi realizada uma pesquisa documental em diferentes bases de periódicos. Os resultados dos artigos apresentaram divergência em relação ao conceito e incorporação do pensamento integrado. No entanto, possibilitaram a elaboração do modelo de conceitualização do pensamento integrado, o qual amplia as discussões sobre o tema e avança com a apresentação de conceitualizações novas e complementares.

A pesquisa de Maria, d'Angelo e Borgerth (2021) identificou as lacunas de engajamento e de utilização entre os atores sociais envolvidos com o Relato Integrado (RI) no Brasil. O estudo apresenta reflexões e elementos para que os atores sociais envolvidos com o RI possam implementar ações que acelerem o engajamento e a utilização dessa iniciativa no Brasil, ou

seja, que contribuam para mudar o modelo mental dos gestores no tocante ao processo de criação, preservação e erosão de valor no longo prazo.

Santos e Miranda (2021) desenvolveram um *framework* com potencial de avaliar o nível de conformidade do relato integrado publicado pelas empresas, em relação ao conteúdo que se espera que elas sejam capazes de evidenciar sobre seus capitais. Para atingir o objetivo, desenvolveram um instrumento prévio, no qual foi definido, para cada um dos tipos de capitais, elementos teóricos-chave que representam o tipo de informação que estaria associado a aquele capital. O instrumento foi exposto e avaliado por uma comissão de especialistas em RI, com atuação nacional e internacional, por meio da técnica *Delphi*.

## 2.5 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISE) é um indicador utilizado para analisar de forma comparativa o desempenho das empresas listadas na B3, servindo como instrumento de auxílio de investidores e demais interessados para avaliar quais empresas possuem uma preocupação com a sustentabilidade (GILDO; FÁBIO, 2017).

Conforme destacam Sales *et al.* (2018) o ISE busca atender as necessidades de evidenciação e é utilizado no auxílio de informações socioambientais. O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (B3, 2021).

Criado em 2005, o ISE possui em sua composição um número de até 40 empresas dentre as empresas listadas na B3 S. A. – Bolsa, Brasil Balcão com as ações mais líquidas. A participação no indicador é voluntária. A metodologia do índice se baseia em um questionário com sete dimensões e envio de evidências. Possui vigência de um ano e tem como visão garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas (ISE B3, 2021).

A missão do ISE se concentra em fornecer apoio aos investidores na tomada de decisão de investimentos que sejam socialmente responsáveis e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial (ISE B3, 2021). O índice tem o objetivo de medir o retorno de ações de empresas que são vinculadas a práticas sustentáveis, que são comprometidas com a responsabilidade social e com a sustentabilidade empresarial.

Os resultados do ISE apontam para empresas, em sua maioria, que possuem política ambiental estruturada, preocupam-se com o consumo consciente dos recursos naturais na abordagem de desempenho e no aspecto de cumprimento legal, e mostraram maior adequação

às exigências legais devido aos novos processos ambientais angariados. Participar do ISE é importante para as empresas por estarem em evidência de forma positiva (SALES *et al.*, 2018).

Conforme os dados do ISE B3 (2021) é possível descrever que ele está fundamentado em quatro aspectos principais: transparência, diálogo com as partes interessadas e a sociedade, aperfeiçoamento contínuo do escopo e do processo e autonomia financeira, metodológica e decisória. Cada um destes fundamentos possui um objetivo específico que auxilia as companhias a cumprirem seu papel e avançar em sua missão.

Para compor o índice é necessário que as empresas atendam a alguns critérios (Brasil, Bolsa, Balcão, 2021), dentre os quais estão: a) estar entre os ativos elegíveis, no período de vigência das três carteiras anteriores; b) ter presença em pregão de 50% (cinquenta por cento) no período de vigência das três carteiras anteriores; c) não ser classificado como “*Penny Stock*”; d) atender aos critérios de sustentabilidade e ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE.

Critérios ligados a sustentabilidade também são considerados para que as empresas sejam integradas ao índice: a) Possuir *Score* ISE B3 igual ou maior que a nota de corte geral aplicável a cada ciclo anual de seleção; b) Pontuação por tema do questionário ISE B3 maior ou igual que 0,01 pontos; c) Pontuação qualitativa mínima de 70 pontos percentuais; d) Índice de risco reputacional (RepRisk Index – Peak RRI) igual ou menor que 50 pontos; e) *Score* CDP-Clima igual ou superior a “C”; f) Resposta positiva às perguntas do questionário classificadas como requisitos mínimos para o setor (BRASIL, BOLSA, BALCÃO, 2022).

O Quadro 10 apresenta as etapas do processo de seleção das empresas para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial.

**Quadro 10 - Etapas do processo seletivo para composição da carteira ISE B3**

Etapa 1	Convite às empresas	Na primeira etapa é feito o convite para as empresas emissoras
Etapa 2	Avaliação quantitativa	A segunda etapa consiste no cálculo do total de pontos obtidos por cada empresa participante, resultando no Score Base de cada empresa emissora. O valor do Score Base varia de 0 a 100 pontos percentuais. No caso de grupos econômicos, a pontuação corresponde à combinação dos desempenhos de todas suas integrantes, ponderado pela participação de cada uma na receita total das respondentes.
2.1	Coleta de dados para avaliação quantitativa	Por meio de respostas ao questionário ISE B3. A resposta é voluntária e autodeclaratória, devendo a respondente ser rigorosa e conservadora. Para participar do processo seletivo, a empresa emissora deve responder integralmente ao questionário. No caso de grupos econômicos, devem responder a empresa emissora (holding) e também suas controladas, perfazendo, pelo menos, 80% das receitas do grupo econômico, no ano anterior ao da realização do processo seletivo.
2.2	Compilação do Score CDP	As informações para avaliação quantitativa de cada uma das empresas emissoras são complementadas pelo <i>Score</i> CDP-Clima (índice produzido pela organização internacional CDP, utilizado para avaliar as empresas em relação às questões referentes a mudança no clima).

Etapa 3	Coleta de evidências documentais e avaliação qualitativa	Por amostragem, com base na consistência das respostas dadas pelas empresas ao questionário ISE B3. Cada empresa respondente deve apresentar evidências documentais que respaldem suas respostas ao questionário ISE B3. Para cada empresa respondente são sorteadas cinco perguntas. As evidências são qualitativamente avaliadas por meio de um processo estruturado e com dupla revisão, resultando em uma nota qualitativa, que varia de 0 a 100.
Etapa 4	Cálculo do Score ISE B3	Por meio da aplicação de um fator qualitativo (nota qualitativa/100) sobre 50% do Score Base. Essa operação visa atenuar distorções na avaliação quantitativa de empresas que porventura não tenham seguido a orientação de serem rigorosas e conservadoras em suas respostas ao questionário.
Etapa 5	Compilação do Rep Risk Index	É um índice de risco reputacional em aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança), produzido pela empresa RepRisk e utilizado para avaliar as empresas sob essa perspectiva. Esse índice varia de 0 a 100, e é considerado o seu maior valor nos 24 meses que antecedem a seleção da carteira (RepRisk Index – Peak RRI).
Etapa 6	Aplicação dos critérios de inclusão	Pelos quais são selecionadas para compor a carteira do próximo ano todas as empresas emissoras que satisfaçam as seis condições enumeradas na Metodologia do ISE B3.
Etapa 7	Aplicação dos critérios de exclusão	Pelos quais são excluídas da carteira empresas que deixem de atender qualquer um dos critérios de inclusão.

Fonte: [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) (2022).

O ISE compreende a relação das empresas com os demais níveis dentro e fora da organização: empregados, comunidades, fornecedores, governança corporativa. O índice também amplia o entendimento sobre as empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade ISE B3 (2021), destacando-se como diferencial em qualidade, compromisso equidade, transparência, prestação de contas e desempenho empresarial.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

Com base na classificação de Vergara (2015), a pesquisa pode ser classificada quanto aos meios e quanto aos fins, a classificação dessa pesquisa quanto aos fins se caracteriza como exploratória e descritiva. Segundo Raupp e Beuren (2006), em um estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto de modo a torná-lo mais claro.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva uma vez que buscou descrever quais informações não financeiras são divulgadas nos Relatos Integrados. Nessa perspectiva, as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2018).

Quanto aos meios, a pesquisa é classificada como documental. Segundo Gil (2019) a pesquisa documental é elaborada com base em materiais que não receberam tratamento analítico. O estudo se utilizou documentos secundários para a execução da pesquisa. O uso de documentos na pesquisa científica deve ser valorizado. A partir dos documentos é possível extrair inúmeras informações, o que justifica a sua utilização nas Ciências Humanas e Sociais, havendo possibilidade de ampliar o conhecimento de objetos que para serem compreendidos necessitam de uma contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

### 3.2 PARADIGMA DA PESQUISA

As pesquisas atuais tem sido derivadas, principalmente, das tradições positivistas e pós-positivistas (GANZ *et al.*, 2019). O presente estudo segue um paradigma positivista. Sendo fundamentado pela ontologia realista, o positivismo considera que a realidade é composta por estruturas palpáveis, tangíveis e relativamente estáveis. Categoriza-se como epistemologia objetivista, a qual pressupõe que chegamos ao conhecimento de forma objetiva (SACCOL, 2009).

A pesquisa positiva em contabilidade enfatiza o estudo qualitativo da informação, com caráter preditivo e de prognóstico (DA SILVA, 2015). Os pesquisadores pós-positivistas encaram a investigação como uma série de passos relacionados logicamente, acreditam em perspectivas múltiplas dos participantes em vez de uma realidade única e seguem métodos rigorosos de coleta e análise de dados qualitativos (CRESWELL, 2014).

O paradigma positivista, segue uma lógica hipotético-dedutiva, isto é, a partir de um conhecimento prévio, são identificadas lacunas, questões não respondidas. De acordo com o positivismo, cada conceito, cada ideia, precisa ser operacionalizada, isto é, definida de forma clara e transformada em uma ou mais variáveis que possam ser observadas e medidas de forma objetiva (SACCOL, 2009). Todas estas visões estão associadas ao paradigma positivista (CRESWELL, 1994; CRESWELL, 2014; NEWMAN; BENZ, 1998; SACCOL, 2009).

### 3.3 UNIVERSO, AMOSTRA E PERÍODO DE ESTUDO

O universo da pesquisa consiste nas empresas brasileiras com ações negociadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3) participantes da carteira do Índice de Sustentabilidade

Empresarial (ISE), nos anos de 2016 a 2021. A amostra é composta pelas empresas que divulgaram o Relato Integrado no período estudado. Justifica-se a escolha dessas empresas por apresentarem uma maior transparência em relação às demais carteiras da B3, comprovando, assim, a preferência dos investidores por empresas que valorizam a sustentabilidade (ARAÚJO, 2020).

Além do mais, a escolha dessas empresas justifica-se por atuarem num ambiente de alta complexidade de interações institucionais e com elevado grau de regulamentações, sendo expostas a questões éticas, políticas e sociais, atraindo a atenção dos diversos *stakeholders*, tornando-se particularmente importante o processo de gerir a divulgação de suas práticas de atuação, assim como o desempenho organizacional (MARTINS, 2015).

Com relação aos aspectos temporais, a análise das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 foi realizada no período de 2016 a 2021. A escolha desse período levou em consideração a Instrução CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 552/14, que alterou a Instrução CVM nº 480/09 e tornou obrigatória a divulgação de informações socioambientais no Formulário de Referência (FR) a partir de 2016.

### 3.4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de caráter misto, pois utiliza abordagem quali-quantitativa e, a partir desta perspectiva, reconhece a complementariedade entre diferentes métodos de coleta e análise de dados. Por utilizar as duas abordagens, o delineamento da pesquisa para este trabalho caracteriza-se como método misto. Os métodos de pesquisa mista correspondem à integração sistemática dos métodos quantitativos e qualitativos em um só estudo, cuja finalidade é obter um retrato mais completo do fenômeno (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Decidiu-se por esta abordagem por permitir a utilização de triangulação de estratégias de coleta e análise de material empírico. Sampieri, Collado e Lucio (2013) apresentam, entre outras justificativas e ou razões para o uso dos métodos mistos, a possibilidade de triangulação ou aumento da validade interna e externa do estudo, compensação de possíveis pontos fracos, complementação, extensão, ou seja, analisar os processos de maneira mais holística.

A pesquisa qualitativa busca entender as construções e interpretações da realidade em um determinado ponto de tempo e contexto. Esse tipo de pesquisa têm algumas características: (i) o pesquisador procura compreender o significado que as pessoas construíram para o mundo

e as experiências; (ii) o pesquisador é o principal instrumento de coleta e análise de dados; (iii) as pessoas têm vieses e deficiências que precisam ser entendidas para saber como essas subjetividades moldam as interpretações; (iv) o processo é indutivo para explicar um fenômeno; e (v) o produto de uma pesquisa qualitativa é ricamente descritivo (MERRIAM, 2002).

### 3.5 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se por seu caráter misto, o estudo compreendeu três fases da pesquisa, sendo as duas primeiras qualitativas e a terceira quantitativa. Portanto, a primeira e segunda fase da pesquisa foi efetuada com abordagem qualitativa por meio da pesquisa documental. A terceira fase, quantitativa, foi desenvolvida para fins de triangulação na análise das informações coletadas.

Na fase qualitativa investigou-se a forma como as informações não financeiras são evidenciadas nos Relatos Integrados, de forma a convergir com os padrões internacionais desenvolvidos. Na primeira fase qualitativa feita nos Relatos Integrados, foi desenvolvida uma estrutura de verificação em três níveis: (i) mapeamento da estrutura dos relatórios integrados ou de sustentabilidade, a fim de verificar as informações de caráter não financeiro divulgadas; (ii) mapeamento da frequência dos termos dos relatórios de sustentabilidade; (iii) mapeamento dos termos das informações não financeiras.

Para a execução da análise documental, foram utilizados os relatos integrados, bem como a possibilidade de inserção no escopo do estudo de outros relatórios que divulgam as informações não financeiras das organizações, a saber: relatório de responsabilidade social corporativa, relatório de sustentabilidade ou relatório anual.

Durante a coleta dos dados foi verificado se os relatórios foram elaborados segundo as diretrizes do IIRC, de forma a obter informações que possibilitem o desenvolvimento do presente estudo. Nesse sentido, foi verificado se os relatórios fazem menção que a sua elaboração tenha seguido as diretrizes propostas pelo IIRC, por meio da utilização das palavras-chaves “IIRC”, “*integrated*” e “*reporting*”.

A partir de palavras-chave relacionadas aos aspectos não financeiros dos Relatos Integrados e a sustentabilidade foi realizada uma análise do conteúdo divulgado por essas empresas ao longo do período estudado. Foi utilizado o *software Atlas.ti* para codificação dos termos-chave e análise do conteúdo divulgado.

A codificação é a forma como o pesquisador define sobre o que se tratam os dados em análise. O processo de codificação envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados como partes do quadro geral, que em algum sentido exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva. A codificação ainda pode ser interpretada como uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele (GIBBS, 2009).

**Quadro 11 - Instrumento de coleta de informações sobre o Relato Integrado**

<b>Capital Humano:</b> competências, capacidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar	
<b>Elementos teóricos</b>	<b>Termos de busca</b>
Alinhamento e apoio à estrutura de governança de uma organização e à abordagem de gerenciamento de risco, e valores éticos como o reconhecimento de direitos humanos	1. Alinhamento e apoio à estrutura de governança ( <b>governança; governança corporativa</b> )
	2. Abordagem de gerenciamento de risco ( <b>gerenciamento de riscos; monitoramento dos riscos; gestão de riscos;</b> )
	3. Valores éticos ( <b>código de ética; ética empresarial</b> )
Capacidade de compreender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização	4. Capacidade de <b>compreender</b> a estratégia de uma organização
	5. Capacidade de <b>desenvolver</b> a estratégia de uma organização
	6. Capacidade de <b>implementar</b> a estratégia de uma organização
Lealdades e motivações para melhorar processos, bens e serviços, incluindo sua capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.	7. Ações para <b>lealdade</b> e motivações para <b>melhorar</b> processos, bens e serviços
	8. Capacidade do colaborador para <b>liderar (liderança)</b>
	9. Capacidade do colaborador para <b>gerenciar</b>
	10. Capacidade do colaborador para <b>colaborar (autonomia)</b>
Aspectos associados ao bem-estar do profissional	11. Aspectos sobre o bem-estar do profissional: remuneração ( <b>remuneração; participação nos resultados</b> )
	12. Aspectos sobre o bem-estar do profissional: <b>seguro saúde</b>
Segurança das empresas (medidas aplicadas ou implementadas)	13. <b>Segurança; EPI</b>
Experiência média profissional, diferencial da força de trabalho, equidade entre funcionários (gênero, etnia, idade, religião)	14. Diferencial da força de trabalho ( <b>diversidades</b> ) equidade entre funcionários: gênero ( <b>equidade de gênero; igualdade de gênero</b> )
	15. Equidade entre funcionários: <b>etnia</b>
	16. Equidade entre funcionários: <b>idade</b>
	17. Equidade entre funcionários: <b>religião (crenças)</b>
Treinamento e desenvolvimento (programa de qualificação e plano de carreira)	18. Treinamento e desenvolvimento: programa de <b>qualificação (desenvolvimento profissional; treinamento; capacitação)</b>
	19. Treinamento e desenvolvimento: plano de <b>carreira (planos de carreira; modelos de trabalho)</b>
<b>Capital Intelectual:</b> Tratado como itens organizacionais, como conhecimento e intangíveis	
<b>Elementos teóricos</b>	<b>Termos de busca</b>
Propriedade intelectual (patentes, direitos autorais, softwares, direitos e licenças)	1. Propriedade intelectual: <b>patentes (patente)</b>
	2. Propriedade intelectual: <b>direitos autorais</b>
	3. Propriedade intelectual: <b>software (digital; inteligência artificial)</b>
	4. Propriedade intelectual: <b>licenças</b>
Capital organizacional (conhecimento tácito, procedimentos e protocolos)	5. Capital organizacional: <b>Rotinas organizacionais (processamentos)</b>
	6. Capital organizacional: <b>Conhecimento Construído (inovações; criação de conhecimento; multiplicadores)</b>
	7. Capital organizacional: <b>Protocolos de operação (resultados; forma de operação)</b>

Intangível (associado a marca ou reputação desenvolvida pela própria organização)	8. Intangível: <b>marca (unidades de negócio)</b> 9. Intangível: <b>reputação</b>
<b>Capital Social e de Relacionamento:</b> Relacionamento estabelecido entre cada comunidade ou grupo de interesse (compartilhamento de informações) para melhorar o bem-estar individual e coletivo	
<b>Elementos teóricos</b>	<b>Termos de busca</b>
Compartilhamento de normas, valores e comportamentos em comum	1. <b>Redes de compartilhamento</b>
Esforços para construir e manter uma relação de confiança (clientes, fornecedores, parceiros de negócios e outras partes interessadas externas)	2. Relação: <b>Clientes</b>
	3. Relação: <b>Fornecedores</b>
	4. Relação: <b>Parceiros de negócios</b>
	5. Relação: <b>Sócios (Acionistas)</b>
	6. Relação: <b>partes interessadas</b>
"Licença social" para operações	7. <b>Redes sociais</b>
Impacto social das operações	8. <b>Licença social</b>
	9. <b>Impacto social (efeito social)</b>
<b>Capital Natural:</b> Recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.	
<b>Elementos teóricos</b>	<b>Termos de busca</b>
Recursos naturais renováveis ou não renováveis que suportam as operações atuais e futuras da organização	1. Recursos naturais: <b>Recursos renováveis (renováveis; fontes renováveis; renovável)</b>
	2. Recursos naturais: <b>Recursos não renováveis (fontes não renováveis; não renovável)</b>
Elementos: ar, água, terra, minerais, florestais	3. Elementos: <b>ar</b>
	4. Elementos: <b>água</b>
	5. Elementos: <b>terra (solo)</b>
	6. Elementos: <b>minerais (minério)</b>
	7. Elementos: <b>florestais (florestas)</b>
	8. <b>Qualidade do ecossistema (ecossistema)</b>
	9. <b>Biodiversidade</b>

Fonte: Adaptado Santos; Miranda (2021)

O Quadro 11 apresenta o instrumento de coleta de informações sobre o Relato desenvolvido por Santos e Miranda (2021). Na pesquisa foi avaliado o nível de conformidade do relato integrado publicado pelas empresas, em relação ao conteúdo que se espera que elas sejam capazes de evidenciar sobre seus capitais. Para atingir o objetivo, desenvolveu-se um instrumento prévio, no qual foi definido, para cada um dos tipos de capitais, elementos teóricos-chave que representam o tipo de informação que estaria associado àquele capital. O instrumento elaborado pelos autores citados, foi avaliado por uma comissão de especialistas em RI, com atuação nacional e internacional, por meio da técnica *Delphi*.

O estudo de Santos e Miranda (2021) sugeriu para pesquisas futuras a aplicação do instrumento em companhias que façam a divulgação voluntária do RI para verificar se, de fato, evidenciam as informações dos capitais como recomendado pelo IIRC (2013). O instrumento de Santos e Miranda (2021) foi adaptado para ser utilizado nesta pesquisa, a fim de verificar nos relatórios integrados a utilização dos termos-chave de cada um dos capitais não financeiros do RI: Capital Intelectual, Capital Humano, Capital Social e de Relacionamento e Capital Natural.

O Quadro 11 destaca os elementos teóricos presentes em 4 (quatro) capitais do Relato Integrado, para cada elemento estão relacionados os termos de busca que servem como direcionadores para analisar, no relatório organizacional, a divulgação das informações de cada capital não financeiro. Os termos de busca foram utilizados de modo a identificar e analisar a divulgação dos capitais não financeiros, considerando o período de 2016 a 2021.

Após a realização do *checklist* dos 46 (quarenta e seis) elementos teóricos dos capitais não financeiros do RI que constam de forma destacada no Quadro 11, foi calculado o Índice de Divulgação (ID). Para esse cálculo, foram atribuídos valores dicotômicos que assumem o valor 0 (zero), se o elemento teórico não é divulgado; e o valor 1 (um), se o elemento teórico é divulgado. Assim, o valor do ID para cada grupo é obtido por meio da seguinte fórmula apresentada na Equação 1:

**Equação 1** - Índice de Divulgação

$$ID = \frac{\sum_{i=1}^n ID_i}{n}$$

$ID_i = 0$  ou  $1$ , como segue:

$ID_i = 0$  se o elemento teórico/termo de busca não foi divulgado;

$ID_i = 1$  se o elemento teórico/termo de busca foi divulgado; e

$n =$  o número máximo de elementos teóricos analisados (ou seja, 46 elementos/termos de busca).

Assim, uma empresa recebe uma pontuação que varia de 0 a 46, dependendo da quantidade de elementos divulgados. O ID é calculado dividindo os itens divulgados por um número máximo de itens que empresa poderia divulgar. O Índice de Divulgação (ID) é um índice não ponderado, isto é, assume-se que todos os itens considerados têm o mesmo nível de importância para os diversos utilizadores dos relatórios (LEMOS, RODRIGUES, ARIZA, 2009).

No presente estudo cada capital não financeiro foi analisado em conformidade com a divulgação referente a cada ano no decorrer dos anos pesquisados. Foi realizada uma estatística não paramétrica que buscou, por meio das divulgações gerais, identificar, a partir dos dados, a comparação dos resultados dos índices de divulgação dos capitais, no período temporal determinado, analisando-os estatisticamente por meio dos testes não paramétricos.

**Quadro 12 - Empresas participantes da carteira ISE B3 entre 2016 e 2021**

<b>Ano</b>	<b>Empresas</b>
2015/2016	AES Tietê, B2W Digital, Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, BRF SA, CCR SA, Cemig, Cesp, Cielo, Copel, CPFL Energia, Energias BR (EDP), Duratex, Ecorodovias, Eletrobrás, Eletropaulo, Embraer, Engie Brasil Energia, Even, Fleury, Klabin S/A, Fibria, Itau Unibanco, Itausa, Light S/A, Lojas Americanas, Lojas Renner, Natura, Vivo, Tim Part S/A, Santander, SulAmerica e Weg
2016/2017	AES Tietê, B2W, Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, BRF, CCR, Celesc, Cemig, Cielo, Copel, CPFL, Duratex, Ecorodovias, EDP, Eletrobras, Eletropaulo, Embraer, Engie, Fibria, Fleury, Itaúsa, Itaú Unibanco, Klabin, Lojas Americanas, Lojas Renner, Light, MRV, Natura, Santander, SulAmerica, Vivo, TIM e Weg
2017/2018	AES Tiete, B2W, Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, CCR, Celesc, Cemig, Cielo, Copel, CPFL, Duratex, Ecorodovias, EDP, Eletropaulo, Engie, Fibria, Fleury, Itaú Unibanco, Itaúsa, Klabin, Light, Lojas Americanas, Lojas Renner, MRV, Natura, Santander, Vivo, Tim e Weg
2018/2019	AES Tiete, B2W, Banco do Brasil, Bradesco, Braskem, CCR, Cemig, Cielo, Copel, Duratex, Ecorodovias, EDP, Eletrobras, Eletropaulo, Engie, Fleury, Itaú Unibanco, Itaúsa, Klabin, Light, Lojas Americanas, Lojas Renner, MRV, Natura, Santander, Vivo, Tim e Weg
2019/2020	AES Tiete, B2W, Banco do Brasil, BR Distribuidora, Bradesco, Braskem, BRF, CCR, Cemig, Cielo, Copel, Duratex, Ecorodovias, EDP, Eletrobras, Engie, Fleury, Itaú Unibanco, Itaúsa, Klabin, Light, Lojas Americanas, Lojas Renner, Movida, MRV, Natura, Santander, Vivo, Tim e Weg
2020/2021	AES Brasil Energia, B2W, Banco do Brasil, BR Distribuidora, Bradesco, BRF, BTG, CCR, Cemig, Cielo, Copel, Cosan, CPFL, Duratex, Ecorodovias, EDP, Eletrobras, Engie, Fleury, GPA, Itaú Unibanco, Itaúsa, Klabin, Light, Lojas Americanas, Lojas Renner, M. Dias Branco, Marfrig, Minerva, Movida, MRV, Natura, Neoenergia, Petrobras, Santander, Sendas (Assaí)*, Suzano, Vivo, Tim e Weg

Fonte: <http://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios>

O Quadro 12 apresenta a relação de todas as empresas que fizeram parte da carteira ISE entre os anos de 2016 e 2021. A 11ª carteira do ISE (2015/2016) vigorou entre 04 de janeiro de 2016 a 29 de dezembro de 2016, e reuniu 34 companhias. A 12ª carteira do ISE B3 (2016/2017) foi anunciada em 24/11/2016 e vigorou de 02 de janeiro de 2017 a 05 de janeiro de 2018, composta por 34 companhias. A 13ª carteira do ISE B3 (2017/2018) foi anunciada em 23/11/2017 e vigorou de 08 de janeiro de 2018 a 04 de janeiro de 2019, a carteira reuniu 30 companhias.

A 14ª carteira do ISE B3 (2018/2019) foi anunciada em 29/11/2018 e vigora no período de 07 de janeiro de 2019 a 03 de janeiro de 2020, a carteira reuniu 28 companhias. A 15ª carteira do ISE B3 (2019/2020) foi anunciada em 29/11/2019 e vigorou no período de 06 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021, a carteira reuniu 30 companhias. A 16ª carteira do ISE B3 (2020/2021) foi anunciada em 01/12/2020 e vigora no período de 04 de janeiro de 2021 a 30 de dezembro de 2021, a carteira reuniu 40 companhias pertencentes a 15 setores.

O Quadro 13 apresenta a relação de todas as empresas que fizeram parte da carteira ISE entre os anos de 2016 e 2021, o quadro apresenta a relação das empresas que se mantiveram na carteira ISE B3 ao longo do período analisado pelo estudo.

**Quadro 13 - Empresas alcançadas pelo estudo**

2016 a 2021	AES Tietê, Banco do Brasil, Bradesco, CCR SA, Cemig, Cielo, Copel, CPFL Energia, Energias BR (EDP), Ecorodovias, Engie Brasil Energia, Fleury, Klabin S/A, Itau Unibanco, Itausa, Light S/A, Lojas Americanas, Lojas Renner, Natura, Petrobras, Vivo, Tim Part S/A, Santander e Weg
-------------	---

Fonte: <http://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios>

Destaca-se no Quadro 13 um total de 24 (vinte e quatro) empresas que estiveram presentes em todas as carteiras desde 2016. Foi feito um levantamento nos *sites* de cada uma destas empresas integrantes da carteira ISE, durante o período de 2016 a 2021, a fim de verificar quais delas divulgaram o Relato Integrado no período estudado. No Quadro 14 está apresentada a relação das empresas pesquisadas e o tipo de relatório divulgado entre 2016 e 2021.

**Quadro 14 - Relação das empresas por setor e tipo de relatório divulgado**

Empresas	Setor	Tipo de Relatório Divulgado	Ano da divulgação					
			2016	2017	2018	2019	2020	2021
AES Tietê (AES Brasil)	Energia elétrica	Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Banco do Brasil	Bancário	Relatório Anual	x	x	x	x	x	x
Bradesco	Bancário	Relatório Integrado	x	x	x	x	x	x
CCR SA	Infraestrutura e mobilidade	Relatório Anual de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Cemig	Energia elétrica	Relatório Anual de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Cielo	Tecnologia	Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Copel	Energia elétrica	Relatório Anual	x	x	x	x	x	x
CPFL Energia	Energia elétrica	Relatório Anual	x	x	x	x	x	x
Ecorodovias	Infraestrutura e mobilidade	Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Energias BR (EDP)	Energia elétrica	Relatório Anual de Sustentabilidade e Relatório Integrado	x	x	x	x	x	x
Engie Brasil Energia	Energia elétrica	Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Fleury	Saúde	Relatório Anual de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Itaú Unibanco	Bancário	ESG, Relatório Integrado e Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Itausa	Financeiro	Relato Integrado e Relatório Anual	x	x	x	x	x	x
Klabin S/A	Papel e Celulose	Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Light S/A	Energia elétrica	Relatório Anual	x	x	x	x	x	x

Lojas Americanas	Consumo e Varejo	Relatório Anual		x	x	x	x	x
Lojas Renner	Consumo e Varejo	Relatório Anual	x	x	x	x	x	x
Natura	Cosméticos	Relatório Anual	x	x	x	x	x	x
Petrobras	Exploração e produção de petróleo	Relatório Anual e Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x
Santander	Bancário	Relatório Anual e Relatório ESG	x	x	x	x	x	x
Tim Part S/A	Serv. Telecomunicações	Relatório de Sustentabilidade e ESG	x	x	x	x	x	x
Vivo	Serv. Telecomunicações	Relatório de Sustentabilidade e Relatório Integrado	x	x	x	x	x	x
Weg	Equipamentos eletrônicos	Relatório Anual Integrado	x	x	x	x	x	x

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Foram localizados 6 (seis) relatórios de cada empresa considerando o período selecionado para a pesquisa, 2016 a 2021. Os relatórios de 2022 não foram considerados para fins deste estudo devido ao fato de não estarem disponíveis nos *sites* na fase em que os dados foram coletados. O quadro 14 apresenta um total de 143 (cento e quarenta e três) relatórios que foram analisados na pesquisa.

Para as empresas Cemig, CPFL Energia, Engie Brasil Energia, Fleury e Light S/A foi observado, na fase de coleta, que todos os relatórios estavam em um mesmo lugar facilitando o acesso para *download* dos documentos. No caso da AES Tietê os relatórios também estavam em um mesmo lugar, exceto o de 2017 que não constava diretamente no *site* da empresa.

O Banco do Brasil apresentava um relatório completo que permitia a opção de *download* de partes do relatório, permitindo fazer o *download* separadamente de cada um dos 4 capitais do Relato Integrado. Para encontrar os relatórios dos anos de 2017 e 2018 foi necessário fazer algumas buscas, não sendo encontrados imediatamente no *site*.

No caso do Banco Bradesco, os relatórios não estavam todos disponíveis em um mesmo lugar, foi necessário fazer várias buscas para encontrar todos os relatórios, inclusive os de 2016 e 2017. Na coleta dos relatórios da CCR SA foi observado que apenas em 2021 é divulgado o Relatório Integrado.

Na Cielo, em 2021, o relatório divulgado é o Relatório Anual Integrado. Na Copel, a partir de 2018 o relatório é divulgado como Relatório Integrado. A Energias do Brasil (EDP) divulgou dois tipos de relatório de forma separada: RI, divulgado de 2016 a 201, e o Relatório

Anual de Sustentabilidade, divulgado até 2021, nesse último ano o relatório é divulgado como Relatório Anual de Sustentabilidade Caderno ESG (*Environmental, Social and Governance*).

A Ecorodovias divulga o Relatório Integrado em 2020 e 2021, foi observado que no *site* da empresa havia também a opção de fazer o *download* dos relatórios em inglês. Na Klabin S/A os relatórios de sustentabilidade são elaborados de acordo com os parâmetros GRI, conforme o *site* da empresa.

O Itaú Unibanco divulgou relatório ESG em 2020 e 2021. A Itausa divulgou em 2016 e 2017 o Relatório Anual, somente a partir de 2018 o Relato Integrado. O relatório referente a 2016 das Lojas Americanas não foi considerado para fins desta pesquisa, pois não é permitido baixar o relatório de *site*, devido a um erro no *link* do *site* das Lojas Americanas.

Na Natura apenas o relatório de 2021 é apresentado como Relatório Integrado. É disponibilizado no *site* da Natura a possibilidade de baixar as versões dos relatórios em inglês e espanhol. Os relatórios de 2016 a 2018 foram encontrados somente após várias buscas na *internet*.

A Petrobras divulgou em 2016 e 2017 o Relatório Anual, bem como disponibiliza entre 2016 e 2021 o Relatório de Sustentabilidade em seu *site*. A Vivo divulga apenas em 2021 o Relatório Integrado. A Tim Part S/A divulga em 2020 e 2021 o Relatório ESG.

O Santander divulga relatório ESG em 2021, nos anos anteriores publicaram o Relatório Anual, cabe destacar que os relatórios anuais do Santander a partir de 2018 continham menos de 30 páginas, sendo relatórios mais curtos. A Weg divulgou nos anos da pesquisa o Relatório Anual Integrado.

**Quadro 15 - Matriz de amarração metodológica**

<b>Título do Projeto</b>	Relato Integrado e a Sustentabilidade de Companhias Abertas Brasileiras: Uma análise das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3		
<b>Problema de Pesquisa</b>	Quais são as informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE B3?		
<b>Objetivo Geral</b>	Analisar as informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE B3.		
<b>Objetivos Específicos</b>	a) Identificar as informações não financeiras e de sustentabilidade no Relato Integrado das empresas analisadas;		
	b) Verificar quais empresas tiveram maior divulgação voluntária dos capitais não financeiros do RI;		
	c) Avaliar o <i>disclosure</i> relativo aos elementos teóricos presentes nos capitais não financeiros do Relato Integrado;		
<b>Suporte Teórico da Pesquisa</b>	<b>Aporte Teórico de Base</b>	Relato Integrado	Kassai; Carvalho (2012) IIRC (2021) Garcia et al. (2018)

		Teoria da Legitimidade	Machado; Ott (2015) Dias Filho (2012) Hilbelys (1995)	
		Teoria da Divulgação	Verrecchia (2001) Dye (2001) Azevedo (2019)	
		Índice de Sustentabilidade Empresarial	Gildo; Fábio (2017) ISEB3 (2021) Sales et al. (2018)	
<b>Suporte Metodológico da Pesquisa</b>	<b>Delineamento da Pesquisa</b>	Quanto a abordagem do problema	Abordagem qualitativa e quantitativa	
	<b>Tipologia da Pesquisa</b>	Quanto aos fins	Exploratória e Descritiva	
		Quanto aos meios	Documental	
	<b>Instrumento de Coleta de Dados</b>	Relatórios: Relato Integrado, sustentabilidade, responsabilidade social corporativa ou anual.		
	<b>Análise de Dados</b>	Qualitativa	1º fase 1) mapeamento da estrutura dos relatórios 2) mapeamento da frequência dos termos dos relatórios 3) mapeamento dos termos não financeiros	
		Qualitativa	2º fase: Elaboração do <i>Code Book</i> (livro de codificação)	
Quantitativa		3º fase: Foi calculado o Índice de Divulgação dos relatórios analisados.		

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O Quadro 15 apresenta a matriz de amarração metodológica utilizada no projeto de pesquisa, destacando cada um dos principais elementos utilizados no desenvolvimento do estudo: título, problema, objetivo geral e específicos, suporte teórico (aporte teórico de base) e suporte metodológico da pesquisa (destacando o delineamento da pesquisa, tipologia da pesquisa, instrumento de coleta de dados e análise de dados).

Ao longo do processo de pesquisa foram empregadas estratégias e táticas para aumentar a credibilidade da pesquisa. Durante uma fase inicial da pesquisa, um protocolo foi desenvolvido para orientar a coleta de dados secundários utilizados (Apêndice A). O protocolo reuniu informações do escopo, procedimentos da pesquisa, responsável pela coleta de dados e periodicidade.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos referentes a cada capital não financeiro do Relato Integrado e demais relatórios analisados (capital humano, capital intelectual, capital social e de relacionamento e natural), de acordo com o instrumento de coleta de informações do Relato Integrado demonstrado no Quadro 11, correspondente a 46 (quarenta e seis) elementos teóricos dos capitais não financeiros do RI, no período de 2016 a 2021. Observou-se, dessa forma, os resultados do índice de divulgação analisados para as diferentes empresas alcançadas pelo estudo.

### 4.1 RESULTADO DO ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO

Cada capital não financeiro foi analisado em conformidade com a divulgação referente a cada ano no decorrer dos anos pesquisados. As análises feitas permitiram verificar quais elementos teóricos presentes nos capitais não financeiros do RI possuem maiores divulgações gerais, a fim de possibilitar a observância do interesse pela legitimação por meio da divulgação voluntária desses relatórios no período entre 2016 e 2021.

Os resultados apontados no presente estudo demonstram, em termos percentuais, a divulgação de forma geral de 24 (vinte e quatro) companhias de diferentes setores econômicos. A fim de satisfazer o primeiro objetivo específico do estudo, foram identificadas as informações não financeiras e de sustentabilidade no Relato Integrado das empresas analisadas, os termos-chave/elementos teóricos dos capitais não financeiros do RI foram identificados em cada um dos 143 (cento e quarenta e três) relatórios na etapa de codificação feita no *software Atlas.ti*.

A Tabela 1 apresenta a divulgação geral do Capital Humano em todos os documentos analisados, sendo demonstrada pela magnitude de cada um dos códigos mapeados nos relatórios ao longo de todo o período de estudo, a magnitude corresponde ao número de vezes em que os códigos apareceram nos documentos da análise. Conforme evidenciado a seguir, estão evidenciados os 19 (dezenove) códigos correspondentes ao primeiro capital não financeiro do RI, o capital humano.

**Tabela 1 - Índice de Divulgação Capital Humano**

<b>Código</b>	<b>Magnitude</b>	<b>% Documentos</b>
<b>1. Governança</b>	140	<b>97,90</b>
<b>2. Riscos</b>	141	<b>98,60</b>
<b>3. Ética</b>	137	95,80

4. Compreender a estratégia	9	6,29
5. Desenvolver a estratégia	49	34,27
6. Implementar a estratégia	34	23,78
7. Processos	99	69,23
8. Liderança	127	88,81
9. Gerenciar	6	4,20
10. Autonomia	32	22,38
11. Remuneração	137	95,80
12. Saúde	135	94,41
13. Segurança	139	<b>97,20</b>
14. Diversidade	137	95,80
15. Etnia	56	39,16
16. Faixa etária	103	72,03
17. Religião	38	26,57
18. Treinamento	138	96,50
19. Plano de Carreira	35	24,48

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se, no exposto na Tabela 1, que os códigos/elementos teóricos presentes no capital humano “Governança”, “Riscos” e “Segurança” foram os que obtiveram uma maior quantidade de divulgação de informações, comparando-se com os demais, no decorrer dos anos analisados, com a inclusão dos termos-chave/*checklist*, pesquisados nos relatórios empresariais.

Demais elementos teóricos que obtiveram uma divulgação mais significativa, foram: “Ética”, “Remuneração”, “Saúde”, “Diversidade” e “Treinamento”, estes termos-chave estavam presentes em quase todos os 143 (cento e quarenta e três) relatórios de sustentabilidade, representando um percentual médio acima de 90%. A partir das divulgações voluntárias desses elementos, pode-se inferir que as companhias estão buscando cada vez mais se legitimar para a sociedade a partir da divulgação dessas informações ambientais, assumindo maior compromisso com essas áreas.

Quanto aos outros elementos do Capital Humano, tem-se a “Liderança” (88,81%), referindo-se à capacidade do colaborador para liderar, a qual foi mencionada nos relatórios por diversas vezes enfatizando a liderança das mulheres na companhia. Trechos extraídos dos relatórios que mencionam o aumento de lideranças femininas na organização podem ser observados nas figuras a seguir:

**Figura 3 - Trecho referente ao código “Liderança”**

### objetivos de diversidade

Definimos, em 2021, objetivos de diversidade nas frentes de gênero e raça, de acordo com os desafios de equidade e inclusão, respectivamente. Nossa força de trabalho já possui um percentual alto de mulheres em cargos de baixa gestão. Por esse motivo, definimos que, até 2025, buscaremos ter de 35% a 40% de mulheres na liderança (que inclui cargos de nível executivo, diretoria, superintendência e gerência). Partimos do cenário de 32,9% em 2019, 32,6% em 2020 e 33,0% em 2021 |



Fonte: Relatório Anual Itaú Unibanco (2021).

O recorte acima da Figura 3 foi retirado do Relatório Anual do Itaú Unibanco (2021), no trecho em destaque observa-se o interesse do Itaú Unibanco em aumentar o percentual de lideranças femininas em seu quadro. Destacado como um dos objetivos para promoção de mais equidade na companhia, a proposta é de aumento de 35% a 40% de mulheres em altos cargos de nível hierárquico dentro da organização. A figura também destaca que esse percentual se manteve em uma média de praticamente 33% ao longo dos anos.

**Figura 4 - Trecho sobre liderança feminina**

Uma dessas metas diz respeito ao aumento de lideranças femininas (coordenadoras, gerentes e diretoras) na Klabin. Embora tenhamos atingido o percentual de quase 14% – compatível como nosso setor de atuação e levemente superior à sua média –, ainda estamos distantes da nossa ambição, que é atingir 30% de mulheres na liderança até 2030. Dessa forma, persistimos no esforço de ampliar essa base nos próximos anos.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Klabin (2020).

A Figura 4 corresponde a um trecho retirado do Relatório de Sustentabilidade da Klabin (2020), a produtora e exportadora de papéis coloca como uma de suas metas o aumento de lideranças femininas até 2030, buscando atingir um percentual de 30% de mulheres em cargos de liderança. Assim como no Itaú Unibanco, a Klabin demonstra interesse no aumento de mulheres na liderança para os próximos anos.



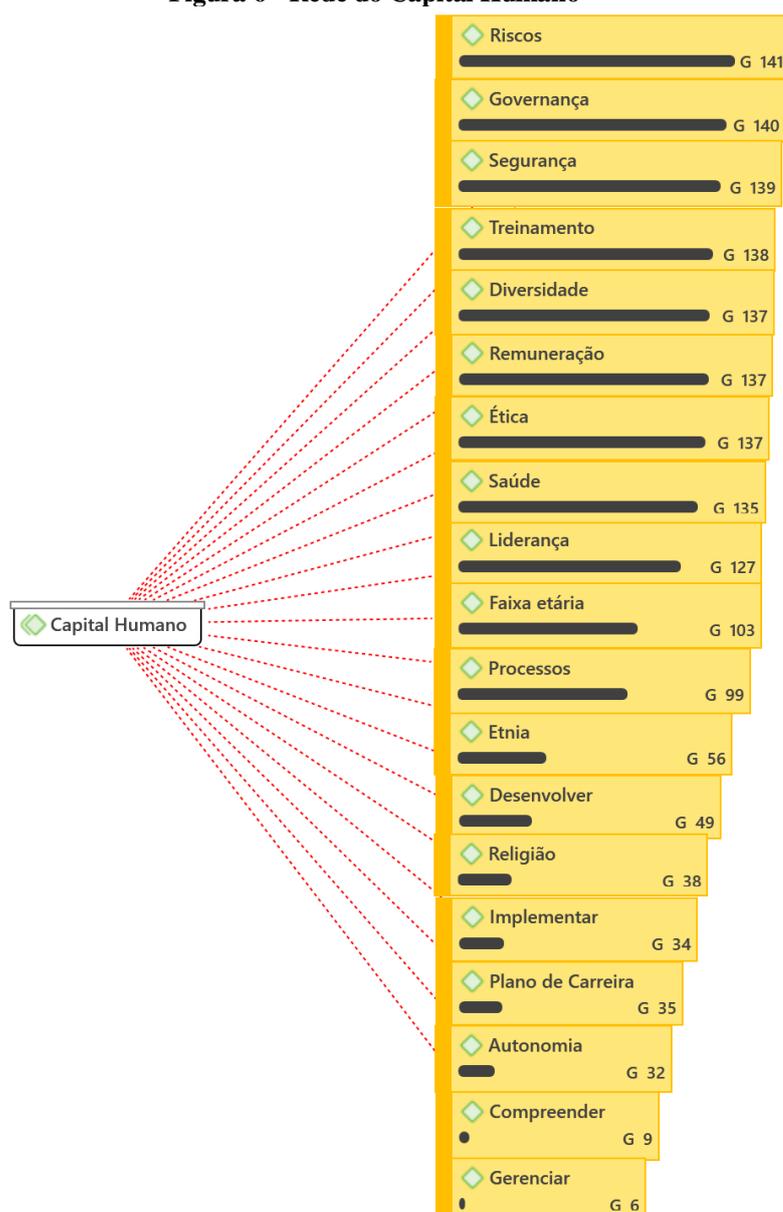
Fonte: Relatório Anual Light (2021).

A Figura 5 é um recorte do Relatório Anual da empresa Light (2021). A imagem representa uma das metas da Light para o período subsequente. Diferente do Itaú Unibanco e da Klabin, na ilustração não foi especificado o número exato em termos percentuais do aumento que a companhia pretende atingir, contudo a companhia deixa em evidência que é uma das preocupações que a organização possui para os próximos anos e uma das metas que pretende atingir.

Os termos-chave “Desenvolver a estratégia” e “Implementar a estratégia” localizados nos relatórios referem-se à capacidade do capital humano da companhia em desenvolver e implementar a estratégia de uma organização, esses termos apresentaram um índice de divulgação de 34,27% e 23,78%, respectivamente. É possível observar que a presença desses elementos nos relatórios de sustentabilidade foi bem melhor em relação aos demais. O quarto código “Compreender a estratégia” apresentou um ID=6,29%. O elemento teórico “Gerenciar” apresentou o menor ID, sendo de 4,20%.

Todos esses elementos foram agrupados em uma rede, de forma a permitir uma melhor visualização da magnitude em que os códigos foram encontrados nos documentos. A rede é um recurso do *Atlas.ti* que propicia uma visualização e interpretação do corpus da pesquisa. Os códigos podem ser organizados numa rede semântica de forma semelhante a um mapa mental, permitindo melhor visualização do material produzido (SILVA, 2018).

**Figura 6 - Rede do Capital Humano**



Fonte: Atlas.ti (2022).

Conforme destacado por Silva (2018), as redes possuem a funcionalidade de mostrar os códigos com cores diferentes, de acordo com a frequência que foram marcados nos textos, o que possibilita visualizar quais códigos foram mais utilizados e quais foram pouco utilizados. A rede do capital humano demonstrada na Figura 6 foi organizada de forma decrescente, de modo a permitir que os códigos com maiores frequências ficassem no topo, enquanto que os códigos com menores frequências ficaram na base.

Na Figura 6, pode-se observar o quantitativo de divulgação geral referente a todos os códigos que compõem o capital humano. A partir dessa rede, foi possível observar os índices analisados que foram mais relevantes e quais os que foram menos evidenciados. Os 5 (cinco)

códigos mais relevantes dentro dessa perspectiva do capital humano foram: “Riscos”, “Governança”, “Segurança”, “Treinamento” e “Diversidade”.

A figura 6 possibilita visualizar a quantidade de vezes em que esses elementos foram encontrados em cada documento, sendo que metade dos códigos apareceram mais de 100 (cem) vezes, observando-se que todos os que estão acima de “Faixa etária” tiveram uma frequência superior aos demais. Os códigos menos expressivos foram: “Implementar a estratégia”, “Plano de Carreira”, “Autonomia”, “Compreender a estratégia” e “Gerenciar”.

**Tabela 2 - Índice de Divulgação Capital Intelectual**

<b>Código</b>	<b>Magnitude</b>	<b>% Documentos</b>
<b>1. Patente</b>	48	33,57
<b>2. Direitos Autorais</b>	1	0,70
<b>3. Software</b>	84	58,74
<b>4. Licenças</b>	73	51,05
<b>5. Processamentos</b>	7	4,90
<b>6. Inovações</b>	101	70,63
<b>7. Protocolo</b>	91	63,64
<b>8. Marca</b>	134	<b>93,71</b>
<b>9. Reputação</b>	121	84,62

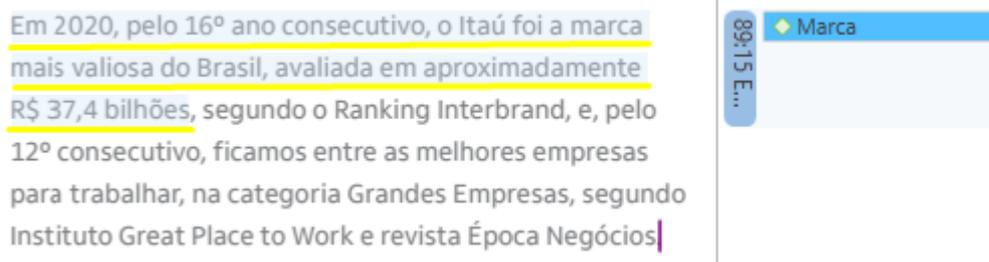
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O capital intelectual envolve itens organizacionais, como conhecimento e intangíveis. Na Tabela 2 estão destacados os 9 (nove) códigos do capital intelectual analisados, sendo evidenciado a quantidade de vezes em que cada um deles aparece nos documentos. O código com maior índice de divulgação é a “Marca”, com ID=93,71%, na sequência estão “Reputação” (84,62%), “Inovações” (70,63%) e “Protocolo” (63,64%).

Observa-se que os códigos do capital intelectual que obtiveram menor frequência foram “Processamentos” com ID=4,90% e “Direitos autorais” com ID=0,70%. De acordo com a definição do CPC 04, o intangível é um ativo não monetário identificável que não possui substância física, portanto, todos os elementos mencionados na tabela 2 estão alinhados a definição de intangível.

As entidades frequentemente despendem recursos ou contraem obrigações com a aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis como conhecimento científico ou técnico, projeto e implantação de novos processos ou sistemas, licenças, propriedade intelectual, conhecimento mercadológico, nome, reputação, imagem e marcas registradas (incluindo nomes comerciais e títulos de publicações) (CPC 04 R1, 2014).

**Figura 7 - Trecho do relatório integrado sobre “Marca”**



Fonte: Relatório Anual Integrado Itaú (2020).

A Figura 7 apresenta um trecho retirado do Relatório Integrado do Itaú (2020) trazendo um posicionamento acerca da sua marca. O banco afirma ter sido a marca mais valiosa do Brasil no ano de 2020, sendo avaliada em R\$ 37,4 bilhões. Ainda aponta o destaque da empresa sendo eleita pelo *Great Place to Work* como uma das melhores para se trabalhar. Diante dessa perspectiva, observa-se que as organizações estão interessadas em divulgar em seus relatórios, de forma voluntária, informações de modo a se legitimar para a sociedade também através da sua marca.

**Figura 8 - Trecho do relatório anual sobre “Marca”**

**A marca Banco do Brasil atingiu o valor de R\$ 18,0 bilhões, um crescimento de 10%.**

Fonte: Relatório Anual do Banco do Brasil (2020).

A Figura 8 é um recorte do Relatório Anual do Banco do Brasil (2020) também destacando o valor da sua marca, nesse mesmo ano o BB atinge um valor em sua marca de R\$18,0 bilhões, ainda aponta que houve um crescimento de 10% nesse valor em relação ao período anterior. Assim como no banco Itaú, pode-se admitir que a marca, como um elemento presente no capital intelectual da companhia, é utilizada como instrumento de legitimação da organização perante a sociedade.

Outros bancos também demonstraram uma preocupação com a sua marca, o banco Bradesco resolveu investir na mudança da sua logomarca como uma ação estratégica para o seu negócio. A Figura 9 apresenta um recorte do Relatório Integrado do banco Bradesco que demonstra a modernização da sua marca como uma ação estratégica.

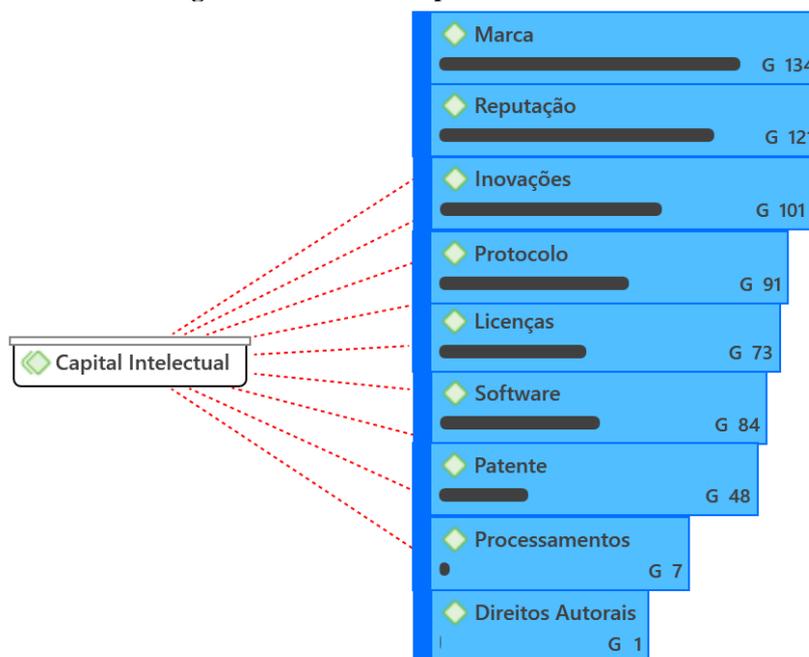
**Figura 9 - Trecho modernização da “Marca”**  
**NOSSAS AÇÕES ESTRATÉGICAS**

**Modernização da marca**  
Renovamos nossa  
logomarca que ficou mais  
 contemporânea e digital,  
 reflexo de um mundo mais  
 conectado em que vivemos

Fonte: Relatório Integrado Bradesco (2018).

A Figura 9 destaca o posicionamento do banco Bradesco em seu relatório de 2018 afirmando que a ideia de renovar a sua logomarca se justifica na intenção de deixá-la mais contemporânea, diante de um mundo totalmente conectado. A divulgação dessas informações pela companhia pode ser realizada para mostrar que a organização está buscando atender as expectativas da sociedade em um mundo globalizado, conforme discutido anteriormente sobre a teoria da legitimidade.

**Figura 10 - Rede do Capital Intelectual**



Fonte: Atlas.ti (2022).

A Figura 10 apresenta a formação da Rede do Capital Intelectual com seus 9 (nove) elementos teóricos presentes nos relatórios analisados. A visualização da figura em ordem decrescente evidencia que os códigos de maior relevância dentro dessa perspectiva foram:

“Marca”, “Reputação” e “Inovações”. Por outro lado, os códigos menos representativos foram: “Patente”, “Processamentos” e “Direitos Autorais”, essa divulgação em menores percentuais evidencia que as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) divulgam menos esse tipo de informação.

Na Tabela 3, são apresentados os índices de divulgação que se referem ao capital social e de relacionamento de acordo com os 9 (nove) elementos teóricos não financeiros do Relato Integrado. O capital social e de relacionamento se refere a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo, são exemplos desse capital: normas, valores, reputação e comportamentos, licença social para atuar.

**Tabela 3 - Índice de Divulgação Capital Social e de Relacionamento**

<b>Código</b>	<b>Magnitude</b>	<b>% Documentos</b>
<b>1. Valores</b>	137	<b>95,80</b>
<b>2. Clientes</b>	139	<b>97,20</b>
<b>3. Fornecedores</b>	138	<b>96,50</b>
<b>4. Parceiros de negócios</b>	62	43,36
<b>5. Sócios</b>	34	23,78
<b>6. Partes Interessadas</b>	102	71,33
<b>7. Redes sociais</b>	75	52,45
<b>8. Licença Social</b>	11	7,69
<b>9. Impacto social</b>	45	31,47

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 3 observa-se que os códigos de maior divulgação foram: “Clientes” com ID=97,20%, “Fornecedores” teve um ID=96,50% e “Valores” com ID=95,80%. Na sequência, pode-se mencionar as “Partes Interessadas” que apresentaram um ID=71,33%. As “Redes Sociais” obtiveram um ID=52,45%, sendo um elemento presente em metade dos relatórios anuais e de sustentabilidade.

Cabe destacar que os menores índices da Tabela 3 foram: “Impacto Social” (31,47%), “Sócios” (23,78%) e a “Licença Social” (7,69%). Cabe destacar que a Licença Social se diferencia da Licença presente no capital intelectual. A Licença Social ou Licença Social para Operar (LSO), elemento presente no capital social e de relacionamento, corresponde à parte necessária, porém intangível, do contrato realizado entre uma empresa e a sociedade ou grupo social, que irá permitir e manter a operação do negócio (FRANKS; COHEN, 2012).

Não é suficiente apenas observar o cumprimento legal para legitimar a ação das empresas em contextos de atividades produtivas que possuem grande potencial gerador de impactos econômicos e socioambientais, para que essa legitimação aconteça de forma mais

categorica é necessário que as atividades com potencial de impactos ambientais recebam uma Licença Social para Operar (LSO) da sociedade, incluindo governo e comunidade. Conforme destacado por Franks e Cohen (2012), a Licença Social pode ser traduzida como sendo a importância da aceitação social para a operação contínua de atividades.

As Figuras 11, 12 e 13 a seguir demonstram nos relatórios analisados (2019, 2020 e 2021) uma preocupação das organizações com a Licença Social. As Figuras 11, 12 e 13 dos relatórios de sustentabilidade apontam de diferentes formas como cada empresa descreve suas ações voltadas ao desenvolvimento da licença social em seus negócios e operações no geral.

#### **Figura 11 - Código “Licença Social”**

Por meio do diálogo, envolvimento e respeito às comunidades na nossa área de abrangência, atuamos com o firme propósito de melhorar o relacionamento com as comunidades e obter a licença social para operar.

Envolver a comunidade significa incluir e dar espaço de fala à população. Neste sentido, destacamos também que os temas críticos e demandas das comunidades são considerados no processo de planejamento da carteira de projetos socioambientais que serão desenvolvidos no local.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Petrobras (2020).

A Figura 11 apresenta um fragmento retirado do Relatório de Sustentabilidade da Petrobras (2020) falando sobre a obtenção da licença social para operar. No parágrafo destacado na ilustração a Petrobras aponta uma preocupação em melhorar o relacionamento com a comunidade, fazendo com que a população esteja envolvida nas ações e projetos ambientais que serão desenvolvidos pela companhia no local onde ela estará realizando suas operações. Um ponto destacado no relatório é o de ouvir à população, respeitando as demandas da comunidade, dando oportunidade para que haja um bom relacionamento com a sociedade.

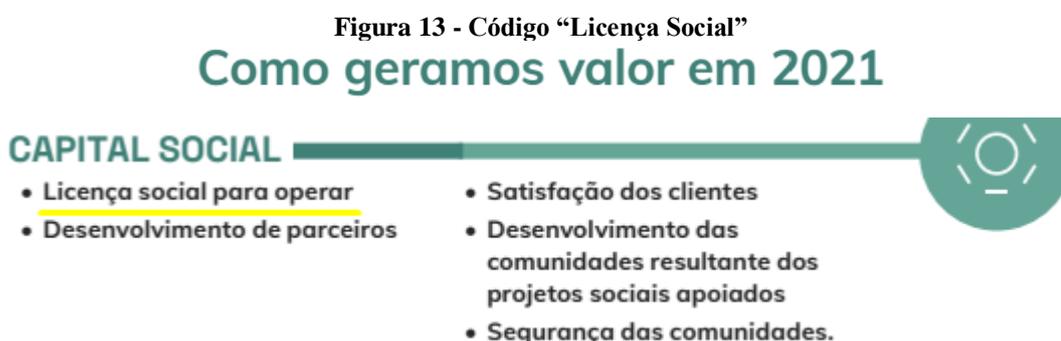
#### **Figura 12 - Código “Licença Social”**

Esses e outros benefícios associados ao nosso modelo de negócio viabilizam a continuidade das nossas operações no longo prazo e o reconhecimento de que nossa companhia contribui para o crescimento econômico do país com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Assim, conquistamos e renovamos nossa licença social para expandir nosso portfólio, inovar e fazer correções de rotas, quando necessário.

Fonte: Relatório Anual e de Sustentabilidade da CCR (2019).

A Figura 12 destaca parte do texto do relatório anual e de sustentabilidade da CCR (2019) afirmando acerca da renovação da sua licença social. Assim como a Petrobras, a CCR

que atua na concessão de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços necessita desse relacionamento com a comunidade para desenvolver suas operações. A atuação da companhia envolve projetos que geram impactos ao meio ambiente e, diante disso, é necessário que as pessoas reconheçam o trabalho que será desenvolvido, visando o bem-estar de toda a comunidade.

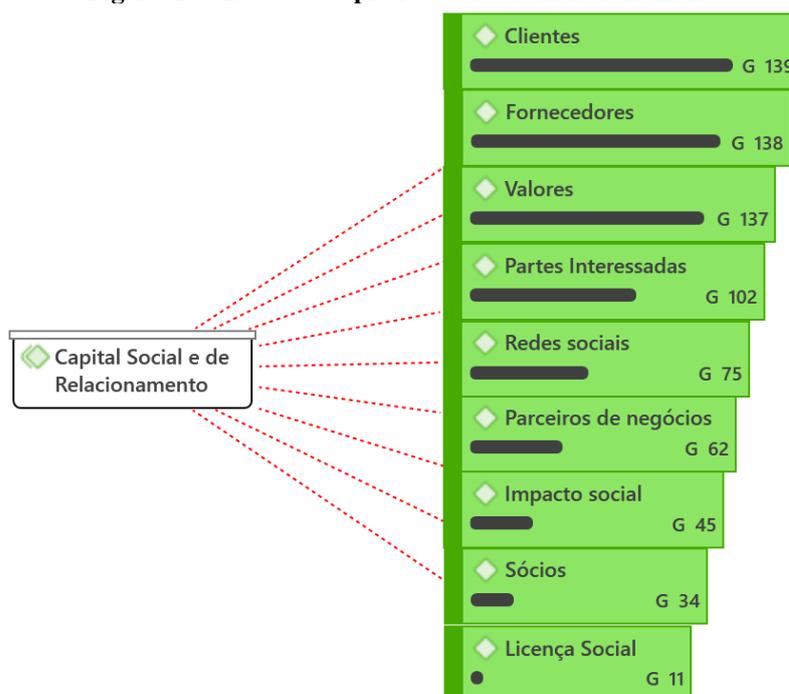


Fonte: Relatório Anual de Sustentabilidade da EDP Brasil (2021).

A Figura 13 é um trecho retirado do relatório anual de sustentabilidade da EDP Brasil (2021). A EDP Brasil, empresa do setor elétrico, destaca em seu relatório as formas que atua para gerar valor ao seu negócio, dentre elas está a Licença Social para Operar (LSO) e o Desenvolvimento de Parceiros. Diante disso, observa-se o interesse da EDP em obter essa licença para o desenvolvimento das suas operações.

Apesar de ser um elemento importante para legitimação social e das empresas mencionadas nas figuras 11, 12 e 13 demonstrarem uma preocupação com a obtenção da licença social em seus negócios, os resultados obtidos na pesquisa, com base nos documentos analisados, mostram que apenas 11 (onze) organizações entre 2016 e 2021 mencionaram a Licença Social em seus relatórios anuais e de sustentabilidade, correspondendo a um ID=7,69%. Esse resultado aponta uma carência nos relatórios quanto a abordagem desse tema/elemento pertencente ao capital social e de relacionamento.

**Figura 14 - Rede do Capital Social e de Relacionamento**



Fonte: Atlas.ti (2022).

A Figura 14 destaca a Rede do Capital Social e de Relacionamento com os 9 (nove) códigos analisados. A ilustração mostra que os termos-chave mais mencionados foram: “Clientes”, “Fornecedores”, “Valores” e “Partes Interessadas”. Já os termos “Redes Sociais”, “Parceiros de negócios”, “Impacto Social”, “Sócios” e “Licença Social” foram os menos significativos dentro da rede, estando abaixo de 75 (setenta e cinco) citações, sendo a “Licença Social” o código menos expressivo nesta análise.

**Tabela 4 - Índice de Divulgação Capital Natural**

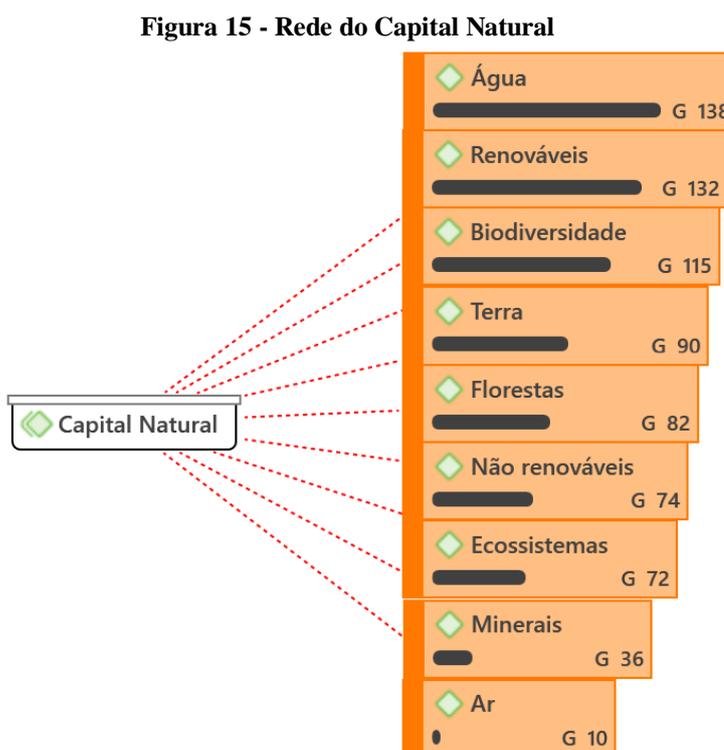
Código	Magnitude	% Documentos
1. Renováveis	132	<b>92,31</b>
2. Não renováveis	74	51,75
3. Ar	10	6,99
4. Água	138	<b>96,50</b>
5. Terra	90	62,94
6. Minerais	36	25,17
7. Florestas	82	57,34
8. Ecossistemas	72	50,35
9. Biodiversidade	115	80,42

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 4 apresenta os índices de divulgação correspondentes ao capital natural, destacando-se a magnitude e o percentual em que esses códigos estiveram presentes nos

documentos analisados. De acordo com as informações apresentadas, observa-se que “Água” e “Renováveis” possuíram os maiores índices, sendo 96,50% e 92,31% respectivamente.

O termo-chave “Biodiversidade” obteve uma magnitude de 115 (cento e quinze), sendo um elemento presente em 80,42% dos relatórios de sustentabilidade analisados, na sequência estão “Terra” (62,94%), “Florestas” (57,34%), “Não renováveis” (51,75%) e “Ecossistemas” (50,35%). Os elementos teóricos com menor índice de divulgação foram “Minerais” com ID=25,17% e “Ar” com ID=6,99%.



Fonte: Atlas.ti (2022).

O capital natural envolve todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização. Pode-se citar como exemplos de recursos que fazem parte do capital natural: Água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e ecossistema.

A Figura 15 apresenta a rede do capital natural, a formação dessa rede possibilita visualizar as informações contidas na Tabela 4 de forma mais ordenada, sendo possível perceber os termos com maior magnitude e aqueles de menor magnitude (G). Os elementos de maior magnitude foram: água (138), renováveis (132) e biodiversidade estando presente em 115 (cento e quinze) relatórios. Já os termos ecossistemas (72), minerais (36) e ar (10) foram os menos expressivos dentro da rede.



Os resultados a seguir apresentam os números da divulgação voluntária das 24 (vinte e quatro) empresas por ano de divulgação dos seus relatórios. As citações das tabelas correspondem aos 46 (quarenta e seis) elementos teóricos presentes no Quadro 11, na página 38. A Tabela 5 destaca os resultados da AES Tietê, pertencente ao grupo AES Brasil, a companhia atua no segmento de geração de energia.

**Tabela 5 – Índice de Divulgação Voluntária - AES TIETÊ**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório de Sustentabilidade	2016	27	58,70
	2017	32	<b>69,57</b>
	2018	32	<b>69,57</b>
	2019	26	56,52
	2020	25	54,35
	2021	30	65,22

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A AES Tietê está presente no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 desde 2007. A companhia também está no Índice de Energia Elétrica (IEE) e no Índice de Dividendos (IDIV), que abrangem, respectivamente, as companhias mais representativas do setor energético e que se destacam no retorno e remuneração aos investidores.

Os resultados da Tabela 5 da AES Tietê demonstram que houve uma maior divulgação voluntária nos anos de 2017 e 2018. Em 2017/2018, foram encontrados 32 (trinta e dois) termos-chave, correspondendo a um percentual de 69,57%. Os anos de menor divulgação voluntária da AES foram em 2016 e 2020. Supõe-se que esses últimos anos em que houve menor divulgação esteja relacionado a pandemia da Covid-19 que ocorreu em 2020.

**Tabela 6 - Índice de Divulgação Voluntária - BANCO DO BRASIL**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2016	35	76,09
	2017	33	71,74
	2018	32	69,57
	2019	33	71,74
	2020	33	71,74
	2021	35	76,09

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 6 mostra os resultados da divulgação voluntária do Banco Brasil. Os números da tabela mostram uma evolução no número de citações aos longos dos anos. Em 2021 o Banco do Brasil teve 35 (trinta e cinco) citações, o que corresponde a 76,09% citações dos elementos

teóricos não financeiros dos capitais do Relato Integrado. Em 2018 obteve-se o menor número de citações, uma divulgação de 69,57%.

**Tabela 7 - Índice de Divulgação Voluntária - BRADESCO**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Integrado	2016	27	58,70
	2017	24	52,17
	2018	31	67,39
	2019	31	67,39
	2020	33	71,74
	2021	33	71,74

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 7 destaca os resultados da análise dos relatórios integrados do Banco Bradesco, semelhante ao Banco do Brasil é possível ver uma similaridade quanto a evolução da divulgação voluntária ao longo dos anos. Em 2016 o Bradesco teve um percentual de divulgação de 58,70%, esse número aumentou para 71,74% no ano de 2021.

**Tabela 8 - Índice de Divulgação Voluntária - CCR SA**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual e de Sustentabilidade	2016	28	60,87
	2017	21	45,65
	2018	18	39,13
	2019	30	65,22
	2020	29	63,04
	2021	30	65,22

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A CCR é uma empresa brasileira de concessão de infraestrutura, transportes e serviços. A Tabela 8 evidencia os resultados da divulgação dos relatórios anuais e de sustentabilidade da CCR entre 2016 e 2021. Em 2018 houve a menor divulgação (39,13%), enquanto que no ano seguinte 2019 e em 2021 houveram as maiores divulgações correspondendo a 65,22%.

**Tabela 9 - Índice de Divulgação Voluntária - CEMIG**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual de Sustentabilidade	2016	30	65,22
	2017	33	71,74
	2018	32	69,57
	2019	32	69,57
	2020	33	71,74
	2021	34	73,91

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 9 apresenta os resultados observados nos relatórios anuais e de sustentabilidade da Cemig, distribuidora de energia elétrica. Na tabela observa-se a variação no número de citações entre os anos analisados. O ano de 2016 teve a menor divulgação voluntária entre os anos, sendo de 65,22%. Em 2021 a divulgação voluntária dos elementos teóricos dos capitais não financeiros do RI foi de 73,91%, nesse mesmo ano a CEMIG recebeu reconhecimento pelo seu posicionamento em relação às práticas sustentáveis no segmento de energia e completou 17 anos consecutivos na composição da carteira ISE B3.

**Tabela 10 - Índice de Divulgação Voluntária - CIELO**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório de Sustentabilidade	2016	22	47,83
	2017	27	58,70
	2018	26	56,52
	2019	27	58,70
	2020	28	60,87
Relatório Anual Integrado	2021	28	60,87

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 10 observa-se os resultados da divulgação nos relatórios de sustentabilidade da Cielo entre 2016 e 2021, cabe destacar que a Cielo apresentou 2 (dois) tipos de relatório, sendo em 2021 o relatório anual integrado. É possível perceber que houve um aumento da divulgação voluntária nos relatórios ao longo do período da análise, em 2016 havia um percentual de 47,83% no número de elementos divulgados, esse número chegou a 60,87% nos anos de 2020/2021.

**Tabela 11 - Índice de Divulgação Voluntária - COPEL**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2016	29	63,04
	2017	29	63,04
Relato Integrado	2018	30	65,22
	2019	26	56,52
	2020	32	69,57
	2021	34	73,91

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Copel, Companhia Paranaense de Energia, divulgou o relatório anual e o relato integrado nos anos da análise. Na Tabela 11 percebe-se o aumento no número de citações entre 2016 e 2021. Os números apresentados mostram um aumento gradativo na presença dos elementos teóricos dos capitais não financeiros do RI, a menor divulgação foi em 2019 (56,52%), enquanto que a maior divulgação foi em 2021 (73,91%).

**Tabela 12 - Índice de Divulgação Voluntária - CPFL ENERGIA**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2016	25	54,35
	2017	30	65,22
	2018	29	63,04
	2019	31	67,39
	2020	29	63,04
	2021	31	67,39

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 12 mostra os resultados da divulgação da CPFL Energia. Observa-se uma aproximação no número de citações dos relatórios anuais da empresa, sendo possível perceber que os anos em que houve uma maior divulgação foram 2019 e 2021, correspondendo a um total de 31 citações (67,39%).

O ano em que houve uma menor divulgação foi em 2016, com 25 citações (54,35%), após esse período as divulgações cresceram de maneira gradativa na CPFL e em outras empresas. Na justificativa do estudo foi mencionada a Instrução da CVM nº 480/09 que tornou obrigatória a divulgação de informações socioambientais no Formulário de Referência (FR) a partir de 2016, é observado que após esse período há um aumento na divulgação voluntária dos relatórios anuais dessas organizações.

**Tabela 13 - Índice de Divulgação Voluntária - ECORODOVIAS**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório de Sustentabilidade	2016	26	56,52
	2017	25	54,35
	2018	26	56,52
	2019	28	60,87
Relatório Integrado	2020	32	69,57
	2021	26	56,52

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em seu relatório a Ecorodovias menciona tratar-se de uma companhia de infraestrutura, que opera concessões rodoviárias de forma sustentável e socialmente responsável. Na Tabela 13 estão os resultados da divulgação da Ecorodovias, a maior divulgação dos capitais não financeiros da empresa ocorreu em 2020 com 32 citações, correspondendo a um percentual de 69,57%. A menor divulgação foi em 2017, com 25 citações (54,35%).

**Tabela 14 - Índice de Divulgação Voluntária - ENERGIAS BR (EDP)**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Integrado	2016	28	60,87
	2017	27	58,70
	2018	28	60,87

Relatório Anual de Sustentabilidade	2019	29	63,04
	2020	38	<b>82,61</b>
	2021	34	73,91

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 14 constam os resultados da divulgação da Energias BR (EDP). A EDP divulgou dois tipos de relatórios no período entre 2016 e 2021, ambos os relatórios foram considerados na análise (relatório integrado e relatório anual de sustentabilidade). O relatório anual de sustentabilidade de 2020 da EDP apresentou a maior divulgação voluntária dentre todos os documentos da análise, com percentual de 82,61%.

**Tabela 15 - Índice de Divulgação Voluntária - ENGIE**

Tipo de Documento	Ano	Contador de Citações	ID (%)
Relatório de Sustentabilidade	2016	26	56,52
	2017	35	76,09
	2018	26	56,52
	2019	32	69,57
	2020	36	<b>78,26</b>
	2021	29	63,04

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Engie, empresa geradora de energia, está entre as empresas que tiveram maior divulgação dos elementos teóricos dos capitais não financeiros. A Tabela 15 mostra que em 2020 o relatório de sustentabilidade da Engie teve 36 citações, correspondente a 78,26%, sendo um dos maiores percentuais de divulgação no período entre 2016 e 2021.

**Tabela 16 - Índice de Divulgação Voluntária - FLEURY**

Tipo de Documento	Ano	Contador de Citações	ID (%)
Relatório Anual de Sustentabilidade	2016	23	50,00
	2017	21	45,65
	2018	25	54,35
	2019	23	50,00
	2020	30	65,22
	2021	27	58,70

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Fleury é uma empresa do segmento de saúde, que presta serviços laboratoriais. A Tabela 16 apresenta os resultados da divulgação voluntária da Fleury entre 2016 e 2021. Os anos em que a Fleury obteve uma menor divulgação dos seus capitais não financeiros foi em 2017, com apenas 21 citações, o que corresponde a um percentual de 45,65%, esse número sofreu um aumento e foi possível identificar um número de 30 citações em 2020 (65,22%) em

seus relatórios anuais e de sustentabilidade divulgados, em função da pandemia, ao contrário de outras empresas a Fleury procurou evidenciar mais informações nesse período.

**Tabela 17 - Índice de Divulgação Voluntária - ITAÚ UNIBANCO**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual Integrado	2016	27	58,70
	2017	30	65,22
Relato Integrado	2018	28	60,87
Relatório Anual Integrado	2019	29	63,04
	2020	24	52,17
	2021	25	54,35

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 17 evidencia os resultados dos três tipos de relatórios do Itaú Unibanco analisados, o Itaú divulgou o Relatório Anual Integrado em 2016/2017, divulgou o Relato Integrado em 2018 e o Relatório Anual Integrado em 2019, 2020 e 2021. A tabela apresenta uma pequena variação entre os anos analisados, observa-se que em 2016 e 2020 foram os anos de menor divulgação, enquanto que em 2017 foi o ano onde houve mais divulgação dos capitais não financeiros do RI, sendo um percentual de 65,22%.

O Itaú Unibanco, uma das maiores instituições financeiras do Brasil, além de se manter na carteira ISE no período analisado nesse estudo, também se encontra listado no Índice de Sustentabilidade do Dow Jones. Em 2019, o banco oficializou o “Compromisso de Impacto Positivo” com metas e objetivos alinhados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme descrito no parágrafo anterior, a partir de 2019 o banco passou a divulgar o Relatório Anual Integrado.

**Tabela 18 - Índice de Divulgação Voluntária - ITAUSA**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2016	16	34,78
	2017	15	32,61
Relato Integrado	2018	20	43,48
	2019	26	56,52
	2020	26	56,52
	2021	25	54,35

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Itaúsa é uma *holding* brasileira de investimentos. A Tabela 18 destaca os seus resultados de divulgação entre 2016 e 2021. Diferente das demais empresas, a Itaúsa apresentou percentuais mais baixos de divulgação, com seus números de citações estando abaixo de 20

(vinte) citações em 2016 e 2017, nos anos posteriores o número em percentual máximo que a Itaúsa obteve foi de 56,52% em seus relatórios integrados.

**Tabela 19 - Índice de Divulgação Voluntária - KLABIN SA**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório de Sustentabilidade	2016	16	34,78
	2017	14	30,43
	2018	8	17,39
	2019	0	0,00
	2020	20	43,48
	2021	29	63,04

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Klabin é uma produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil. A Tabela 19 evidencia os resultados obtidos a partir da análise dos seus relatórios de sustentabilidade. Cabe destacar que o relatório da Klabin em 2019 não teve citações, pois o documento estava em formato de imagem, inviabilizando a localização dos termos-chave dos capitais não financeiros nos seus relatórios. Nos demais anos foi observado uma variação entre 8 e 29 citações, conseguindo obter no máximo uma evidenciação de 63,04% em 2021.

**Tabela 20 - Índice de Divulgação Voluntária - LIGHT SA**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2016	29	63,04
	2017	31	67,39
	2018	29	63,04
	2019	31	67,39
	2020	29	63,04
	2021	32	69,57

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 20 apresenta os dados da Light. A Light SA é uma empresa privada de geração, distribuição, comercialização e soluções de energia elétrica. Na tabela é possível visualizar a quantidade de citações que a Light obteve em seus relatórios anuais entre 2016 e 2021. Observa-se que os percentuais de divulgação voluntária ficaram bem próximos, variando entre 63% e 69,5%, sendo mais baixos os anos de 2016, 2018 e 2020 e mais altos os anos de 2017, 2019 e 2021.

**Tabela 21 - Índice de Divulgação Voluntária - LOJAS AMERICANAS**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2017	33	71,74
	2018	25	54,35
	2019	24	52,17

	2020	26	56,52
	2021	30	65,22

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme a Tabela 21, as Lojas Americanas tiveram um percentual de divulgação maior em 2017, sendo de 71,74%, na sequência esteve o ano de 2021 com 65,22%. O ano de 2016 não foi considerado, pois este relatório não se encontrava disponível para *download* no *site*. O ano de 2019 apresentou um resultado menos significativo dentre os anos analisados.

Em 2023, as Lojas Americanas anunciaram uma dívida bilionária. Em 11 de Janeiro de 2023 foi divulgada ao mercado a falta de R\$ 20 bilhões que estariam fora do balanço patrimonial da empresa. Sérgio Rial, CEO da companhia, percebeu algumas inconsistências contábeis, Rial emitiu um comunicado oficial sobre o tema e renunciou ao cargo com menos de quinze dias.

Após o anúncio dos problemas contábeis da companhia e a dívida bilionária, a reação do mercado financeiro foi rápida, no mesmo dia do anúncio houve desvalorização nas ações da companhia de 77% do preço de mercado das Lojas Americanas. O preço do ativo, que chegou a ser de R\$ 12,00, estava em apenas R\$ 1,45 no fechamento do pregão em 30 de janeiro de 2023.

A Tabela 21 mostra que os resultados das Lojas Americanas, em termos de divulgação voluntária, não progrediram de modo significativo, tendo seus percentuais de divulgação entre os anos da análise bem aproximados. Após o fato ocorrido com a empresa, o futuro da companhia ainda é incerto, não sendo possível prever como a empresa se comportará no que se refere à divulgação voluntária nos próximos anos.

**Tabela 22 - Índice de Divulgação Voluntária - LOJAS RENNER**

Tipo de Documento	Ano	Contador de Citações	ID (%)
Relatório Anual	2016	16	34,78
	2017	24	52,17
	2018	25	54,35
	2019	18	39,13
	2020	27	58,70
	2021	24	52,17

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 22 traz os resultados dos relatórios anuais das Lojas Renner. Observa-se que o ano de 2016 teve a menor divulgação durante o período analisado, sendo apenas 16 citações dos elementos teóricos dos capitais não financeiros, o que corresponde a um percentual de

34,78%. A maior divulgação voluntária foi em 2020, sendo de 58,70% o percentual de elementos divulgados pela Renner.

**Tabela 23 - Índice de Divulgação Voluntária - NATURA**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2016	32	69,57
	2017	18	39,13
	2018	28	60,87
	2019	33	71,74
	2020	34	73,91
Relatório Integrado	2021	31	67,39

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 23 são apresentados os resultados de divulgação dos relatórios anuais da Natura. De acordo com os dados da tabela é possível visualizar que os anos de maior divulgação voluntária foram 2019 e 2020. Em 2019 houve um número de 33 citações (71.74%), em 2020 foram encontrados 34 elementos teóricos (73,91%). Em 2017 houve a menor divulgação no período analisado.

**Tabela 24 - Índice de Divulgação Voluntária - PETROBRAS**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório de Sustentabilidade	2016	26	56,52
	2017	28	60,87
	2018	32	69,57
	2019	33	71,74
	2020	35	76,09
	2021	36	<b>78,26</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 24 apresenta os resultados da Petrobras, foi verificado Petrobras está entre as empresas que obtiveram os melhores resultados de divulgação voluntária dentre as demais empresas alcançadas pelo estudo. Em 2021 a Petrobras alcançou um percentual de divulgação de 78,26%, esse percentual evidencia que a empresa obteve destaque na divulgação dos capitais não financeiros da análise.

**Tabela 25 - Índice de Divulgação Voluntária - SANTANDER**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual	2016	23	50,00
	2017	26	56,52
	2018	14	30,43
	2019	12	26,09
	2020	15	32,61
	2021	7	15,22

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 25 apresenta os resultados da divulgação do banco Santander. De acordo com a tabela é possível visualizar que houve uma variação significativa entre o primeiro ano da divulgação dos relatórios anuais e último ano. Em 2016 houve uma divulgação de 50% dos elementos teóricos do RI, enquanto que em 2021 houve uma queda no percentual divulgado, diminuindo para 15,2%, havendo apenas 7 citações no relatório anual da empresa.

**Tabela 26 - Índice de Divulgação Voluntária - VIVO**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório de Sustentabilidade	2016	28	60,87
	2017	29	63,04
	2018	25	54,35
	2019	23	50,00
	2020	27	58,70
Relatório Integrado	2021	28	60,87

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 26 destaca os resultados da Vivo. A empresa apresentou dois tipos de relatórios no período analisado, entre 2016 e 2020 divulgou o relatório de sustentabilidade e em 2021 o relatório integrado. Conforme os dados da tabela, observa-se que não houve uma variação significativa entre os anos analisados, as citações dos elementos teóricos ficaram com valores aproximados, variando entre 23 e 29 citações. O ano de maior divulgação foi 2017, tendo um percentual de 63% de divulgação voluntária.

**Tabela 27 - Índice de Divulgação Voluntária - TIM PART SA**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório de Sustentabilidade	2016	26	56,52
	2017	27	58,70
	2018	25	54,35
	2019	25	54,35
Relatório ESG	2020	25	54,35
	2021	24	52,17

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 27 apresenta os resultados da Tim Part AS. Nos anos 2018, 2019 e 2020 é possível visualizar um mesmo número de citações, sendo encontradas 25 citações nos relatórios de sustentabilidade e no relatório ESG divulgado em 2020. O ano em que houve a menor divulgação foi em 2021, correspondendo a um percentual de 52,17%.

**Tabela 28 - Índice de Divulgação Voluntária - WEG**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Contador de Citações</b>	<b>ID (%)</b>
Relatório Anual Integrado	2016	26	56,52
	2017	28	60,87
	2018	24	52,17
	2019	23	50,00
	2020	27	58,70
	2021	32	69,57

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 28 destaca os resultados da Weg, empresa especializada na fabricação e comercialização de motores elétricos. Os dados da tabela demonstram uma variação entre 50% e 69,5% na divulgação dos capitais não financeiros do RI. A Weg apresentou seus melhores resultados em divulgação em 2021.

Os dados mostraram uma evolução no percentual de citações ao longo dos anos, variando entre 7 (15,2%) citações no relatório anual do Santander de 2021, conforme a Tabela 25, e 38 (82,6%) citações no relatório anual de sustentabilidade de 2020 da Energias BR (EDP), conforme apresentado na Tabela 14. Observou-se nas tabelas que nenhum dos relatórios da análise obteve 100% de divulgação entre 2016 e 2021.

A Tabela 29 apresenta os resultados do Índice Médio de Divulgação por Setor. Diante dos dados apresentados fica evidente que os quatro setores econômicos com maior destaque em divulgação voluntária foram: Equipamentos eletrônicos (1), seguido por Energia elétrica (2), Tecnologia (3) e Petróleo (4), todos eles tiveram ID médio acima de 62%.

**Tabela 29 - Índice Médio de Divulgação por Setor**

<b>Setor</b>	<b>ID Médio por Setor (%)</b>
1. Equipamentos eletrônicos	69,6
2. Energia elétrica	62,2
3. Tecnologia	65,2
4. Exploração e produção de petróleo	62,7
5. Saúde	57,2
6. Bancário	58,9
7. Serv. Telecomunicações	52,7
8. Financeiro	55,4
9. Infraestrutura e mobilidade	42,2
10. Papel e Celulose	46,4
11. Cosméticos	11,7
12. Consumo e Varejo	6,69

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os resultados obtidos na Tabela 29 reforçam o resultado demonstrado na ilustração da Figura 17 a seguir, a figura apresenta os relatórios de cada empresa que obteve uma melhor

divulgação voluntária nesse estudo, duas das três empresas de maior destaque em divulgação pertencem ao setor de energia elétrica, Engie e Energias BR são empresas que fazem parte desse setor.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Observa-se na ilustração o relatório de sustentabilidade da Petrobras (2021), o relatório de sustentabilidade da Engie (2020) e o relatório anual de sustentabilidade das Energias BR (EDP) (2020). O relatório da ENERGIAS DO BRASIL (EDP) em 2020 obteve a maior divulgação, correspondendo a um percentual de 82,61% de elementos do capital não financeiro divulgados, a ENGIE e a empresa PETROBRAS tiveram um mesmo percentual de divulgação de 78,26% em ambas as organizações.

Cabe destacar que a ilustração da Figura 17 apresenta duas empresas do setor de Energia elétrica, a Engie e Energias BR (EDP). A partir dos dados obtidos nesta pesquisa, conforme a Tabela 29, percebe-se que o setor de energia possui destaque em termos de divulgação voluntária, conforme Pacheco *et al.* (2016) o setor de energia elétrica foi pioneiro na adoção de boas práticas que avançaram para a sustentabilidade corporativa. Esse pioneirismo em boas práticas sustentáveis pode ter sido um dos motivos que impulsionaram essas empresas a se destacarem em termos de divulgação, considerando-se, também, o fato de pertencerem a setor regulado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo geral descrever as informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado que estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no ISE B3. Para atingir o objetivo, foi utilizado um instrumento prévio desenvolvido por Santos e Miranda (2021) no qual foi definido, para cada um dos tipos de capitais, elementos teóricos-chave que representam o tipo de informação associada aos capitais.

O instrumento utilizado foi adaptado para esta pesquisa, a fim de verificar nos relatórios integrados, relatórios anuais e de sustentabilidade a utilização dos termos-chave/elementos teóricos de cada um dos capitais não financeiros do Relato Integrado. Os quatro capitais alvos desse estudo foram: Capital Intelectual, Capital Humano, Capital Social e de Relacionamento e Capital Natural.

Visando atender ao primeiro objetivo específico proposto, foram identificadas as informações não financeiras e de sustentabilidade no Relato Integrado das empresas. Com base no *framework* do RI, os termos-chave/elementos teóricos dos capitais não financeiros do RI foram identificados em cada um dos 143 (cento e quarenta e três) relatórios na etapa de codificação feita no *software Atlas.ti*.

No segundo objetivo específico buscou-se verificar as empresas que tiveram uma maior divulgação voluntária dos capitais não financeiros do RI e, os resultados do estudo mostraram que as empresas que se destacaram nessa divulgação foram: Banco do Brasil, Cemig, Petrobras, Engie e Energias BR (EDP). O relatório da Energias BR (EDP) em 2020 obteve a maior divulgação, correspondendo a um percentual de 82,61% de elementos do capital não financeiro divulgados, o relatório de sustentabilidade da Engie (2020) e o relatório de sustentabilidade da Petrobras (2021) tiveram um mesmo percentual de divulgação, sendo de 78,26%.

Por fim, o último objetivo específico foi o de avaliar o *disclosure* relativo aos elementos teóricos presentes nos capitais não financeiros do Relato Integrado. Os dados mostraram uma evolução do *disclosure* desses elementos ao longo dos anos, houve uma variação entre 15,2% e 82,6%. O relatório anual do Santander em 2021 teve a menor divulgação, enquanto que o relatório anual de sustentabilidade de 2020 da Energias BR (EDP) apresentou maior divulgação.

Quanto a divulgação voluntária, observou-se que empresas como o Banco Bradesco e o Banco do Brasil apresentaram uma similaridade no que concerne a evolução da divulgação voluntária ao longo dos anos. Em 2016 o Bradesco teve um percentual de divulgação de 58,70%, esse número aumentou para 71,74% no ano de 2021. Na Cielo, houve um aumento da divulgação voluntária nos relatórios ao longo do período da análise, em 2016 havia um

percentual de 47,83% no número de elementos divulgados, esse número chegou a 60,87% nos anos de 2020/2021.

No Capital Humano foi possível identificar os elementos teóricos que obtiveram uma divulgação mais significativa, como “Ética”, “Remuneração”, “Saúde”, por exemplo, estes termos-chave estavam presentes em quase todos os 143 relatórios de sustentabilidade. A divulgação voluntária desses elementos mostra que as companhias estão buscando cada vez mais se legitimar para a sociedade a partir da divulgação dessas informações ambientais, assumindo maior compromisso com essas áreas.

No Capital Intelectual ficou evidenciado que os códigos de maior relevância dentro dessa perspectiva foram: “Marca”, “Reputação” e “Inovações”, enquanto que os códigos menos representativos foram: “Patente”, “Processamentos” e “Direitos Autorais”. No Capital Natural, os elementos de maior divulgação foram: “Água”, “Renováveis” e “Biodiversidade”, já os termos “Ecossistemas”, “Minerais” e “Ar” foram os menos expressivos dentro dessa perspectiva.

O Capital Social e de Relacionamento foi detalhado acerca do elemento “Licença Social”, a pesquisa identificou que apesar da Licença Social ser um elemento importante para legitimação social das empresas, apenas onze organizações entre 2016 e 2021 mencionaram a Licença Social em seus relatórios anuais e de sustentabilidade, correspondendo a um ID=7,69%, tal resultado aponta uma carência nos relatórios quanto a abordagem desse tema/elemento.

Por fim, a pesquisa apresentou como limitação a indisponibilidade de alguns relatórios para as análises dos dados. O relatório de sustentabilidade de 2016 das Lojas Americanas estava indisponível no *site* para *download* na fase de coleta. O relatório de sustentabilidade da Klabin do ano de 2019 também não foi analisado, pois o documento estava em formato de imagem, o que inviabilizou a localização dos termos-chave dos capitais não financeiros neste relatório.

Como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se fazer posteriormente uma análise de mais profunda do conteúdo das empresas que obtiveram os melhores índices nesse estudo. Tem-se como outra sugestão para pesquisas futuras a abrangência do estudo a partir da utilização de mais códigos, além dos 46 (quarenta e seis) utilizados neste estudo.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol A. The international integrated reporting council: a call to action. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 27, p. 23-28, 2015.

AZEVEDO, Yuri Gomes Paiva et al. Divulgação voluntária de informações ambientais: uma análise dos fatores determinantes nas empresas listadas na BM&FBovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 14, n. 1, p. 1-17, 2019.

BANANUKA, Juma; TUMWEBAZE, Zainabu; OROBIA, Laura. A adoção de relatórios integrados: uma perspectiva de país em desenvolvimento. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, 2019.

BEUREN, Ilse Maria; SÖTHER, Ari. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 5, p. 98-120, 2009.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L. Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: a legitimacy theory perspective. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 11, n. 3, p. 232-248, 2006.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO. **Índice de sustentabilidade empresarial (ISE)**. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm)>. Acesso em: 13 Dez. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). (2011). CPC 00 (R1) – **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 14 abril, 2022.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; FORTE, Hyane Correia; DE AZEVEDO PRUDÊNCIO, Priscila. Uma análise da adesão de organizações brasileiras à GRI como método de divulgação de informações de responsabilidade social corporativa. **Revista Ambiente Contábil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, v. 12, n. 2, p. 47-73, 2020.

DANTAS, Jenifer Medeiros; RIOS, Msc Ricardo Pereira. Nível de divulgação das informações no Relato Integrado: Um estudo em empresas de celulose. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44995>>. Acesso em: 01 Dez. 2021.

DE FARIAS, Luana das Graças Queiroz; ANDRADE, José Célio Silveira; GOMES, Sônia Maria Silva. Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas pelas empresas brasileiras destinatárias do pedido do Carbon Disclosure Project. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 10, n. Esp. 5, p. 854-869, 2017.

DE VILLIERS, Charl; FAROOQ, Muhammad Bilal. 12 Assurance of sustainability and integrated reports. **Sustainability accounting and integrated reporting**, 2017.

DEEGAN, C. **The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation**. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, 2002.

DIAS FILHO, J. M.; Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade In: XXXI EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro-RJ. Anais do XXXI EnANPAD. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007.

DIAS FILHO, José Maria. A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidenciação contábil. **Revista Interface**. Rio Grande do Norte, v. 9, n. 1, jan./jun. 2012.

DUFF, Angus. Corporate social responsibility as a legitimacy maintenance strategy in the professional accountancy firm. **The British Accounting Review**, v. 49, n. 6, p. 513-531, 2017.

EUGÊNIO, Teresa. Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**. FURB - Santa Catarina, v. 6, n. 1, p. 102- 118, jan./mar. 2010.

FANK, Odir Luiz; BEUREN, Ilse Maria. Evidenciação das estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman (1995) nos relatórios da administração da Petrobras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 10, p. 25-47, 2010.

FERREIRA, T. S. V.; MIRANDA, K. F.; SANTOS, L. M. S. **Teorias Aplicadas à pesquisa em contabilidade**: uma introdução às Teorias Econômicas, Organizacionais e Comportamentais. João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

FRANKS, DANIEL M.; COHEN, TAMAR. **Social Licence in Design**: Constructive technology assessment within a mineral research and development institution. Centre for Social Responsibility in Mining, Sustainable Minerals Institute, University of Queensland, Australia. 79 122 *Technological Forecasting & Social Change*. 2012

FREITAS, Betina França Gomes de; FREIRE, Fátima de Souza. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13399>>. Acesso em 28 Nov. 2021.

GANZ, ALYNE CECILIA SERPA; LIMA, J. P. R.; HAVEROTH, JUÇARA. Velhos problemas, novos olhares: Etnografia sobre a experiência de futuros doutores em contabilidade. In: Anais do USP International Conference in Accounting. 2019. p. 2019.

GARCIA, Solange et al. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35529>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.

HAHN, Rüdiger; LÜLFS, Regina. Legitimizing negative aspects in GRI-oriented sustainability reporting: A qualitative analysis of corporate disclosure strategies. **Journal of business ethics**, v. 123, n. 3, p. 401-420, 2014.

HAMMOND, K; MILES, S. 2004. Assessing quality assessment of corporate social reporting: UK perspectives. **Accounting Forum** 28(1): 61–79. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0155998204000067>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

HUGHEN, Linda; LULSEGED, Ayalew; UPTON, David R. Melhorando o valor das partes interessadas por meio da sustentabilidade e do relatório integrado. **O diário do CPA**, v. 84, n. 3, p. 57, 2014.

HYBELS, R. C. On Legitimacy, legitimation, and organizations: a critical review and integrative theoretical model. **In: Academy of Management Proceedings**, v. 1, p. 241-245, 1995.

IIRC. Disponível em: <<https://www.integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>>, 2013. Acesso em 13 abr. 2022.

IIRC. Disponível em: <<https://www.integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/>>, 2016. Acesso em 13 abr. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS, 2015. **Creating value with integrated thinking**: the Role of Professional Accountants. Disponível em: <https://www.ifac.org/knowledge-gateway/contributing-global-economy/publications/creating-value-integrated-thinking>. Acesso 17 mar. 2022.

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, L. Nelson. Relato Integrado: a próxima revolução contábil. **Development**, v. 20, p. 22, 2012.

LINDBLOM, C. **The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure**. Presented at Critical Perspectives on Accounting Conference, New York, NY, 1994.

MACHADO, Daiane Pias; OTT, Ernani. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil** 11, n 1n (2015): 136-156.

MARIA, Selma Costa; D'ANGELO, Marcia Juliana; BORGERTH, Vania Maria da Costa. Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 33, p. 63-80, 2021.

MARTINS, A. F. L. (2015). **O processo de legitimação e a gestão de impressões na comunicação organizacional**: O caso da EDP – Energias de Portugal, S.A. Retrieved from <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/41498>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research in Practice**: examples for discussion and analysis. London: Jossey Bass, Willey, 2002.

MOTA, Ariane Firmeza; COELHO, ANTONIO CARLOS DIAS; QUEIROZ, LAANE LIMA. Teorias da Informação" e Teoria da Contabilidade: contribuição para tratamento da informação contábil. **In: XIV Congresso USP Contabilidade e Controladoria**. São Paulo. 2014.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de**

**Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <<https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/874>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

O'DONOVAN, Gary. Environmental Disclosures in Annual Report: Expanding the Applicability and Predictive Power of Legality Theory. **Journal of Accounting, Auditing and Responsibility**, 2002.

PACHECO, L. M.; KRÜGER, C.; LOURENÇÃO, M. T. A.; CALDANA, A. C. F. A evolução da responsabilidade corporativa em empresa do setor elétrico brasileiro: um estudo de caso. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 84-115, 2016.

PENEDO, J.; PIMENTEL, L.; MAGRO, N.; TABUCHO, P. Contabilidade ambiental: **divulgação de informação**. In: Congresso de Contabilidade, 10., Estoril, 2004. Anais. Portugal, 2004.

RUFINO, Maria Audenôra; DA SILVA, Polyandra Zampiere Pessoa; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. Trinta e oito anos em um dia: Samarco, é possível recuperar sua legitimidade? **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 837-871, 2019.

RUFINO, Maria Audenôra; MACHADO, Márcia Reis. Relação de dependência entre a divulgação voluntária social e ambiental e as características das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, v. 9, n. 1, p. 344-363, 2017.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SALES, Bruna; ROVER, Suliani; DA SILVA FERREIRA, Janaína. Coerência na evidenciação das práticas ambientais das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista Ambiente Contábil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, v. 10, n. 2, p. 1-22, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/12641>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SAMPIERI, R.H; COLLADO, C.F; LUCIO, M.D.P.B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes, v. 5, - Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Cassius Klay Silva; MIRANDA, Gilberto José. **Framework para avaliação do conteúdo informacional do Relato Integrado**: uma proposta baseada na Técnica Delphi. 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SERAFEIM, G. (2015). Integrated Reporting and Investor Clientele. **Journal of Applied Corporate Finance**, 27(2), pp. 34–51. Disponível em:<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jacf.12116>>. Acesso em 28 nov. 2021.

SILVA, J. O. da; ROCHA, I.; WIENHAGE, P.; RAUSCH, R. B. Gestão Ambiental: uma análise da Evidenciação das Empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade

Empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 3, n. 3, p. 56–71, 2009. DOI: 10.24857/rgsa.v3i3.176. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/176>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SILVA JUNIOR, Luiz Alberto; LEÃO, Marcelo Brito Carneiro. O software Atlas. ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 24, p. 715-728, 2018.

SILVA, Aline Andrade Barbosa et al. Revisão bibliográfica do perfil temático e metodológico da pesquisa em *disclosure* voluntário veiculada em edições eletrônicas de periódicos brasileiros e internacionais entre 2002 e 2018. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 11, n. 1, 2019.

SILVA, Gildo Rodrigues; COSTA, Fábio Moraes. Qualidade da informação contábil e sustentabilidade nas companhias brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ciências Administrativas**, v. 23, n. 1, p. 103-127, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/4161>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SILVA, THAÍS ALVES et al. **Teoria da Divulgação na Perspectiva da Economia da Informação**: Possibilidade de Novos Estudos? 2015.

SLEWINSKI, E.; CAMACHO, R. R.; SANCHES, S. L. R. Análise Bibliométrica e Paradigmática da Produção Científica sobre Relato Integrado nos Periódicos Internacionais de Contabilidade. In: XV Congresso USP Controladoria e Contabilidade. 2015. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos152015/298.pdf>. Acesso em 20 nov. 2021.

STUBBS, W., & HIGGINS, C. Stakeholders' perspectives on the role of regulatory reform in integrated reporting. **Journal of Business Ethics**, 147(3), 489-508. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10551-015-2954-0>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TEIXEIRA, Aline Christina et al. Nível da divulgação das informações não financeiras das empresas brasileiras participantes do projeto piloto de relato integrado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 46, p. 16-31, 2021.

VERRECCHIA, Robert E. Divulgação discricionária. **Revista de Contabilidade e Economia**, v. 5, p. 179-194, 1983.

VERRECCHIA, Robert E. Ensaio sobre divulgação. **Revista de Contabilidade e Economia**, v. 32, n. 1-3, pág. 97-180, 2001.

## APÊNDICE A – PROTOCOLO DE PESQUISA

A pesquisa devolvida pela aluna Beatriz da Silva Ferreira sob a orientação do Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena, possui como valores fundamentais a honestidade intelectual, objetividade, imparcialidade, veracidade, justiça e responsabilidade. Destaca-se que estes valores fundamentais se mostram aplicados durante todo o processo de pesquisa, desde sua concepção, desenvolvimento, realização e comunicação de resultados. A natureza do projeto possui as seguintes diretrizes:

### 1. ESCOPO

A pesquisa tem por objetivo analisar quais as informações não financeiras e de sustentabilidade do Relato Integrado estão sendo divulgadas pelas empresas listadas no Índice de Sustentabilidade da B3.

### 2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa segue uma abordagem mista que privilegia a análise do conteúdo de documentos. Desta forma, os procedimentos de pesquisa que foram realizados para a coleta de dados compreendem:

- I. Mapeamento da estrutura, frequência e termos utilizados;
- II. Elaboração do *Code Book* (livro de codificação);
- III. Análise Documental;

Buscou-se com essas informações realizar uma descrição do conteúdo dos Relatos Integrados, sendo feita a análise dos itens relacionados as informações não financeiras e de sustentabilidades que constam nos RI. Na primeira fase de coleta de dados foi feito o mapeamento da estrutura, frequência e dos termos utilizados nos Relatos Integrados, a segunda etapa compreendeu a elaboração do livro de codificação e, na terceira fase foi desenvolvida a análise documental, com o apoio do *software Atlas.ti*.

#### 2.1 Mapeamento da estrutura, frequência e termos utilizados

Com base em uma análise qualitativa feita nos Relatos Integrados, foi desenvolvida uma estrutura de verificação em três níveis:

- a) Mapeamento da estrutura dos relatórios integrados ou de sustentabilidade, a fim de verificar as informações de caráter não financeiro divulgadas;
- b) Mapeamento da frequência dos termos dos relatórios de sustentabilidade;
- c) Mapeamento dos termos das informações não financeiras.

## **2.2 Análise Documental e Elaboração do livro de codificação**

O objetivo da análise documental é de trazer evidências acerca do tema investigado. A execução da análise dos documentos seguirá as seguintes orientações:

- a) De acordo com o escopo da pesquisa podem ser objetos de estudo os seguintes documentos: os relatos integrados, bem como a possibilidade de inserção no escopo do estudo de outros relatórios que divulgam as informações não financeiras das organizações, a saber: relatório de responsabilidade social corporativa, relatório de sustentabilidade ou relatório anual.
- b) A partir de palavras-chave relacionadas aos aspectos não financeiros dos Relatos Integrados e a sustentabilidade foi realizada uma análise dos documentos divulgados pelas empresas analisadas na pesquisa. Foi utilizado o *software Atlas.ti* para codificação dos termos-chave e análise dos relatórios divulgados.

Nessa fase foi elaborado o *Cood Book* (livro de codificação), utilizado como guia para a análise dos dados da pesquisa, conforme Apêndice B.

## **2.3 Cálculo do Índice de Divulgação**

O Índice de Divulgação (ID) é um índice não ponderado, isto é, assume-se que todos os itens considerados têm o mesmo nível de importância para os diversos utilizadores dos relatórios (LEMOS, RODRIGUES, ARIZA, 2009). No presente estudo cada capital não financeiro é analisado em conformidade com a divulgação referente a cada ano no decorrer dos anos pesquisados.

## APÊNDICE B – LIVRO DE CODIFICAÇÃO

<b>Capital Humano:</b> competências, capacidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar			
Elementos teóricos	Termos de busca	Termos-chave/ Elementos teóricos	Exemplos
<p>Alinhamento e apoio à estrutura de governança de uma organização e à abordagem de gerenciamento de risco, e valores éticos como o reconhecimento de direitos humanos</p>	<p><b>1.</b> Alinhamento e apoio à estrutura de governança (governança; governança corporativa)</p>	<p>Governança</p>	<p>“...promovendo o alinhamento dos interesses desses com aqueles da companhia no sentido de criação de valor, estando em linha com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa.” (Relatório Anual Integrado - Web, 2021).</p>
	<p><b>2.</b> Abordagem de gerenciamento de risco (gerenciamento de riscos; monitoramento dos riscos; gestão de riscos;)</p>	<p>Riscos</p>	<p>“Assegura que os riscos sejam administrados e são apoiados nos princípios de gerenciamento de riscos: - Apetite de risco; - Políticas; - Procedimentos; e - Disseminação da cultura de riscos nos negócios.” (Relatório Anual Integrado - Itaú Unibanco, 2021).</p>
	<p><b>3.</b> Valores éticos (código de ética; ética empresarial)</p>	<p>Ética</p>	<p>“Em 2021, foram efetuados 115 registros no canal de ética. Deste total, 11 foram relacionadas ao tema diversidade, abrangendo credo/religião, deficiência e gênero.” (Relatório Anual de Sustentabilidade - EDP, 2021)</p>

Capacidade de compreender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização	4. Capacidade de <b>compreender</b> a estratégia de uma organização	Estrat. <b>Compreender</b>	“ <b>Compreender</b> a efetividade do programa de Segurança e o nível de maturidade atual da Cultura de Segurança na EDP Brasil.” (Relatório Anual de Sustentabilidade – EDP, 2021).
	5. Capacidade de <b>desenvolver</b> a estratégia de uma organização	Estrat. <b>Desenvolver</b>	“ <b>Desenvolver</b> estratégia/iniciativas para alavancar vendas de produtos com atributo socioambiental que repassam recursos para FBB.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).
	6. Capacidade de <b>implementar</b> a estratégia de uma organização	Estrat. <b>Implementar</b>	“Com um relacionamento próximo dos clientes e agilidade na <b>implementação</b> da estratégia, trabalhamos para desenvolver soluções inovadoras e customizadas que atendam a todas as suas demandas.” (Relatório de Sustentabilidade – AES Tietê, 2019).
Lealdades e motivações para melhorar processos, bens e serviços, incluindo sua capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.	7. Ações para <b>lealdade</b> e motivações para <b>melhorar</b> processos, bens e serviços	<b>Processos</b>	“A motivação para <b>melhorar processos</b> , bens e serviços; e habilidade para dirigir, gerenciar e colaborar.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).
	8. Capacidade do colaborador para <b>liderar (liderança)</b>	Colab. <b>liderança</b>	“A capacidade de <b>liderança</b> , a diversidade e as habilidades de nossos colaboradores nos conduzem ao sucesso.” (Relatório de Sustentabilidade - AES Tietê, 2018).
	9. Capacidade do colaborador para <b>gerenciar</b>	Colab. <b>gerenciar</b>	“Detemos áreas específicas, com profissionais capacitados para <b>gerenciar</b> esses eventuais impactos.” (Relatório de Sustentabilidade – AES Tietê, 2018).

	<b>10.</b> Capacidade do colaborador para <b>colaborar (autonomia)</b>	Colab. <b>autonomia</b>	"Maior <b>autonomia</b> e responsabilidade aos executivos e colaboradores no processo decisório " (Relatório Anual e de Sustentabilidade - CCR, 2019).
Aspectos associados ao bem-estar do profissional	<b>11.</b> Aspectos sobre o bem-estar do profissional: remuneração <b>(remuneração; participação nos resultados)</b>	<b>Remuneração</b>	"Desafio 13: aprimorar o modelo de <b>remuneração</b> variável dos funcionários, inclusive da Alta Administração, ampliando os critérios socioambientais e contemplando o desempenho individual." (Relatório Anual - Banco do Brasil, 2017).
	<b>12.</b> Aspectos sobre o bem-estar do profissional: <b>seguro saúde</b>	<b>Saúde</b>	"Seguimos focados na promoção da <b>saúde</b> e do equilíbrio emocional das pessoas, mantendo os protocolos de segurança que adotamos em 2020." (Relatório de Sustentabilidade – AES Tietê, 2021).
Segurança das empresas (medidas aplicadas ou implementadas)	<b>13. Segurança; EPI)</b>	<b>Segurança</b>	"Compreender a efetividade do programa de <b>Segurança</b> e o nível de maturidade atual da Cultura de Segurança na EDP Brasil." (Relatório Anual de Sustentabilidade – EDP, 2021).
Experiência média profissional, diferencial da força de trabalho, equidade entre funcionários (gênero, etnia, idade, religião)	<b>14.</b> Diferencial da força de trabalho <b>(diversidades)</b> equidade entre funcionários: gênero <b>(equidade de gênero; igualdade de gênero)</b>	<b>Diversidade / Gênero</b>	"Em 2021, foram efetuados 115 registros no canal de ética. Deste total, 11 foram relacionadas ao tema <b>diversidade</b> , abrangendo credo/religião, deficiência e <b>gênero.</b> " (Relatório Anual de Sustentabilidade - EDP, 2021)
	<b>15.</b> Equidade entre funcionários: <b>etnia</b>	<b>Etnia</b>	"Aspectos de diversidade (gênero, <b>etnia</b> , cor, idade, estado civil, orientação sexual, escolha religiosa, condição física ou classe socioeconômica)." (Relatório Integrado – Bradesco, 2021).

	16. Equidade entre funcionários: <b>idade</b>	<b>Idade / Faixa etária</b>	“Aspectos de diversidade (gênero, etnia, cor, <b>idade</b> , estado civil, orientação sexual, escolha religiosa, condição física ou classe socioeconômica).” (Relatório Integrado – Bradesco, 2021).
	17. Equidade entre funcionários: <b>religião (crenças)</b>	<b>Religião</b>	“Em 2021, foram efetuados 115 registros no canal de ética. Deste total, 11 foram relacionadas ao tema diversidade, abrangendo credo/ <b>religião</b> , deficiência e gênero.” (Relatório Anual de Sustentabilidade - EDP, 2021)
Treinamento e desenvolvimento (programa de qualificação e plano de carreira)	18. Treinamento e desenvolvimento: programa de <b>qualificação (desenvolvimento profissional; treinamento; capacitação)</b>	<b>Treinamento</b>	“Devido à pandemia de Covid, 126 portavozes e 107 agentes de relacionamento foram capacitados por meio de <b>treinamento</b> virtual.” (Relatório de Sustentabilidade – Petrobras, 2021).
	19. Treinamento e desenvolvimento: plano de <b>carreira (planos de carreira; modelos de trabalho)</b>	<b>Plano de carreira / Carreira</b>	“O planejamento e o desenvolvimento da <b>carreira</b> dos funcionários foram estimulados por meio de ferramentas de gestão e programas corporativos de sucessão e ascensão profissional.” (Relatório Anual - Banco do Brasil, 2020).
<b>Capital Intelectual:</b> Tratado como itens organizacionais, como conhecimento e intangíveis			
<b>Elementos teóricos</b>	<b>Termos de busca</b>		
Propriedade intelectual (patentes, direitos autorais, softwares, direitos e licenças)	1. Propriedade intelectual: <b>patentes (patente)</b>	<b>Patente</b>	“Nosso modelo de negócios envolve os capitais: Intelectual, nele temos: » 3 <b>Patentes</b> Publicadas » 4 <b>Patentes</b> Solicitadas » 36 Projetos De Pesquisa” (Relatório Integrado – Copel, 2021).

	2. Propriedade intelectual: <b>direitos autorais</b>	<b>Direitos autorais</b>	“Viabilizar receitas de <b>direitos autorais</b> e de propriedade industrial” (Relatório Anual e de Sustentabilidade – Cemig, 2017).
	3. Propriedade intelectual: <b>software (digital; inteligência artificial)</b>	<b>Software</b>	“Iniciamos o desenvolvimento do sistema de microgrid5, um <b>software</b> que utiliza algoritmos para determinar a máxima eficiência na utilização da energia combinando as diferentes fontes energéticas disponíveis.” (Relatório de Sustentabilidade – AES Tietê, 2016).
	4. Propriedade intelectual: <b>licenças</b>	<b>Licenças</b>	“Em 2017 foram renovadas as <b>Licenças</b> de Operação (LO) dos nossos empreendimentos.” (Relatório de Sustentabilidade – Engie, 2017).
Capital organizacional (conhecimento tácito, procedimentos e protocolos)	5. Capital organizacional: <b>Rotinas organizacionais (processamentos)</b>	<b>Processamentos</b>	“Ampliação de 15% para 30% do limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, em todos os <b>processamentos</b> do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, visando facilitar as reduções contratuais.” (Relatório Anual e de Sustentabilidade - Cemig, 2020).
	6. Capital organizacional: <b>Conhecimento Construído (inovações; criação de conhecimento; multiplicadores)</b>	<b>Inovações</b>	“Nosso posicionamento estratégico e a busca contínua por <b>inovações</b> têm colocado a AES Tietê cada vez mais próxima dos clientes.” (Relatório de Sustentabilidade – AES Tietê, 2017).
	7. Capital organizacional: <b>Protocolos de operação (resultados; forma de operação)</b>	<b>Protocolo</b>	“Foram consultados para a definição de materialidade os índices de mercado MSCI, S&P CSA, CDP e <i>Sustainalytics</i> , <b>protocolos</b> de indicadores de sustentabilidade, como GRI e SASB.”

			(Relatório Anual e de Sustentabilidade – CCR, 2021).
Intangível (associado a marca ou reputação desenvolvida pela própria organização)	8. Intangível: <b>marca (unidades de negócio)</b>	<b>Marca</b>	“Sua missão é tornar-se referência em formação de competências e lideranças, fortalecendo o valor da <b>marca</b> e o compromisso social para a perpetuidade dos negócios do Bradesco.” (Relatório Integrado – Bradesco, 2020).
	9. Intangível: <b>reputação</b>	<b>Reputação</b>	“Política de Gestão de Riscos e Oportunidades: busca manter e ampliar o valor, a <b>reputação</b> e a motivação interna da Companhia.” (Relatório de Sustentabilidade - Engie, 2021).
<b>Capital Social e de Relacionamento:</b> Relacionamento estabelecido entre cada comunidade ou grupo de interesse (compartilhamento de informações) para melhorar o bem-estar individual e coletivo			
<b>Elementos teóricos</b>	<b>Termos de busca</b>		
Compartilhamento de normas, valores e comportamentos em comum	1. <b>Redes de compartilhamento</b>	<b>Valores</b>	“Esses são resultados das nossas boas práticas de gestão e relacionamento com os públicos com base em nossos <b>valores</b> , os quais devemos colocar em prática diariamente.” (Relatório de Sustentabilidade – AES Tietê, 2016).
Esforços para construir e manter uma relação de confiança (clientes, fornecedores, parceiros de negócios e outras partes interessadas externas)	2. <b>Relação: Clientes</b>	<b>Clientes</b>	“Somos uma empresa de geração de energia elétrica 100% renovável, que oferece soluções customizadas para atender às diferentes demandas e necessidades de nossos <b>clientes</b> .” (Relatório de Sustentabilidade, AES Tietê, 2021).
	3. <b>Relação: Fornecedores</b>	<b>Fornecedores</b>	“O Grupo EcoRodovias tem compromisso com o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, busca um diálogo transparente com os públicos de

		relacionamento, tais como governos, colaboradores, usuários, <b>fornecedores</b> ". (Relatório Integrado – Ecorodovias, 2021).
	<b>4. Relação: Parceiros de negócios</b>	<b>Parceiros de negócios / Parceiros</b> "Tem buscado aprimorar seus processos para garantir adequada gestão de seus <b>parceiros de negócios</b> no que se refere a prevenir impactos adversos em direitos humanos." (Relatório Anual e de Sustentabilidade – Cemig, 2021).
	<b>5. Relação: Sócios (Acionistas)</b>	<b>Sócios</b> "A mediação é o meio escolhido pela B2W Digital como forma de resolver conflitos de interesse entre <b>sócios</b> e administradores e entre estes e a Companhia." (Relatório Anual – 2017, Lojas Americanas).
	<b>6. Relação: Partes interessadas</b>	<b>Partes interessadas</b> "Transparência nas informações necessárias às <b>partes interessadas</b> ." (Relatório Integrado – Bradesco, 2020).
	<b>7. Redes sociais</b>	<b>Redes sociais</b> "Figuramos em primeiro lugar entre os bancos brasileiros que melhor se relacionam em <b>redes sociais</b> (Facebook e Twitter), com base na análise do Social Bakers." (Relatório Anual - Banco do Brasil, 2017).
"Licença social" para operações	<b>8. Licença social</b>	<b>Licença social</b> "Possuímos uma metodologia para avaliar a aceitação dos empreendimentos pelas comunidades locais, chamada <b>Licença Social</b> para Operar (LSO)." (Relatório Anual – CPFL Energia, 2021).
Impacto social das operações	<b>9. Impacto social (efeito social)</b>	<b>Impacto social / social</b> "Programa Raízes: projeto de investimento social privado, que visa contribuir para o aumento do <b>impacto social</b> positivo nas comunidades que vivem no entorno das operações da CPFL Renováveis, tanto no

			campo social, quanto no ambiental e no econômico.” (Relatório Anual, CPFL, 2017).
<b>Capital Natural:</b> Recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.			
<b>Elementos teóricos</b>	<b>Termos de busca</b>		
Recursos naturais renováveis ou não renováveis que suportam as operações atuais e futuras da organização	1. Recursos naturais: <b>Recursos renováveis (renováveis; fontes renováveis; renovável)</b>	<b>Recursos renováveis / Renováveis</b>	“O Capital Natural é formado por todos os recursos ambientais, <b>renováveis</b> e não renováveis, utilizados ou impactados por nossos negócios, e que apoiam a prosperidade do Banco. Inclui principalmente água, ar, terras, florestas, biodiversidade e saúde do ecossistema.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).
	2. Recursos naturais: <b>Recursos não renováveis (fontes não renováveis; não renovável)</b>	<b>Recursos não renováveis</b>	“O Capital Natural é formado por todos os recursos ambientais, renováveis e <b>não renováveis</b> , utilizados ou impactados por nossos negócios, e que apoiam a prosperidade do Banco. Inclui principalmente água, ar, terras, florestas, biodiversidade e saúde do ecossistema.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).
Elementos: ar, água, terra, minerais, florestais	3. Elementos: <b>ar</b>	<b>Ar</b>	“O Capital Natural é formado por todos os recursos ambientais, renováveis e não renováveis, utilizados ou impactados por nossos negócios, e que apoiam a prosperidade do Banco. Inclui principalmente água, <b>ar</b> , terras, florestas, biodiversidade e saúde do ecossistema.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).

4. Elementos: <b>água</b>	<b>Água</b>	“Seguimos à risca todas as condicionantes ambientais, respeitamos as exigências legais e investimos em programas de preservação dos recursos naturais, assim como em educação ambiental, monitoramento de macrófitas e da qualidade da <b>água</b> , entre outros.” (Relatório de Sustentabilidade - AES Tietê, 2018).
5. Elementos: <b>terra (solo)</b>	<b>Terra</b>	“O Capital Natural é formado por todos os recursos ambientais, renováveis e não renováveis, utilizados ou impactados por nossos negócios, e que apoiam a prosperidade do Banco. Inclui principalmente água, ar, <b>terras</b> , florestas, biodiversidade e saúde do ecossistema.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).
6. Elementos: <b>minerais (minério)</b>	<b>Minerais/Minério</b>	“Energia e <b>minério</b> de ferro apresentou uma evolução de neutra a positiva para o Brasil, dada a importância para nossa pauta exportadora.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2019).
7. Elementos: <b>florestais (florestas)</b>	<b>Florestas</b>	“O Capital Natural é formado por todos os recursos ambientais, renováveis e não renováveis, utilizados ou impactados por nossos negócios, e que apoiam a prosperidade do Banco. Inclui principalmente água, ar, terras, <b>florestas</b> , biodiversidade e saúde do ecossistema.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).
8. <b>Qualidade do ecossistema (ecossistema)</b>	<b>Ecossistemas</b>	“O Capital Natural é formado por todos os recursos ambientais, renováveis e não renováveis, utilizados ou impactados por

			nossos negócios, e que apoiam a prosperidade do Banco. Inclui principalmente água, ar, terras, florestas, biodiversidade e saúde do <b>ecossistema.</b> ” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).
	<b>9. Biodiversidade</b>	<b>Biodiversidade</b>	“O Capital Natural é formado por todos os recursos ambientais, renováveis e não renováveis, utilizados ou impactados por nossos negócios, e que apoiam a prosperidade do Banco. Inclui principalmente água, ar, terras, florestas, <b>biodiversidade</b> e saúde do ecossistema.” (Relatório Anual – Banco do Brasil, 2016).

Fonte: Adaptado Santos; Miranda (2021)